



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JUILSON PREVIDI

**TERMOS TÉCNICOS DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

LONDRINA
2011

JUILSON PREVIDI

**TERMOS TÉCNICOS DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

Dissertação de Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (MP), da Universidade Estadual de Londrina, em convênio com a Escola de Governo do Paraná, para a obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação.

Área de concentração: Gestão e Organização do Conhecimento.

Linha de pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento.

Orientação: Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes

LONDRINA
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

944a	<p>Previdi, Juilson. Termos Técnicos das Ações e Procedimentos no âmbito do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. / Juilson Previdi. – Londrina, 2011. 114 f. : 30 cm</p> <p>Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional, 2011. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes.</p> <p>1. Conhecimento Organizacional. 2. Organização da informação. 3. Termos Técnicos. 4. Glossários. I. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação – Mestrado Profissional. II. Cervantes, Brígida Maria Nogueira. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 025.4</p>
------	---

JUILSON PREVIDI

**TERMOS TÉCNICOS DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (MP), da Universidade Estadual de Londrina, em convênio com a Escola de Governo do Paraná, para a obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira
Cervantes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Leilah Santiago Bufrem
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof.^a Dr.^a Maria Elizabete Catarino
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 25 de novembro de 2011.

*Oh...! Quão bom e quão suave é
que os Irmãos vivam em união...*

*É como óleo precioso sobre a cabeça,
que desce sobre a barba,
a barba de Arão,
e que desce à orla das suas vestes.*

*É como o Orvalho de Hermon
que desce sobre os montes de Sião,
porque ali o SENHOR ordena a benção
e a vida para sempre.*

SALMO 133 – A Excelência da União Fraternal

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Brígida, pela constante orientação e dedicação neste trabalho, bem como pela sua amizade, exemplo de luta, simplicidade e perseverança. Sem a sua força, eu não chegaria a este ponto.

Às Prof.^{as} Dr.^{as} Leilah Santiago Bufrem e Maria Elizabete Catarino, membros da banca examinadora, pelo cuidado e dedicação com que participaram deste estudo, prestando sua valiosa contribuição ao meu amadurecimento acadêmico e pessoal.

À Prof.^a Dr.^a Linete Bartalo, pelo grande incentivo e por acreditar que sempre somos capazes.

Aos professores do Mestrado Profissional em Gestão da Informação, meu muito obrigado pela disseminação do conhecimento.

Aos colegas do curso, com saudades. Foi um prazer conviver com todos.

Aos coordenadores dos projetos pesquisados do IPARDES, agradeço pela grande colaboração, ajuda e paciência.

Às colegas e amigas Estelita Sandra de Matias, pela revisão do texto, e Maria Laura Zocolotti, pela editoração, meu muito obrigado.

À minha esposa Margareth, companheira de todas as horas, agradeço pela paciência e carinho por ter cedido o tempo que passaríamos juntos e que foi dedicado ao estudo.

PREVIDI, Juilson. **Termos técnicos das ações e procedimentos no âmbito do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Este trabalho apresenta os elementos que nortearam a experiência do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social de pesquisar e identificar quais seriam os principais desafios para a implantação de um projeto de gestão do conhecimento, visando à busca do resgate da sua memória técnica e do acompanhamento de seus projetos. Com base em uma proposta definida por uma equipe técnica, foram levantadas as suas necessidades e determinadas algumas metas que foram discutidas, elaboradas, aprovadas e implantadas em alguns projetos, como testes, e, após, passou-se para a sua aplicação definitiva, tornando-se padrão em todas as suas ações e participações futuras. Evidencia, como objetivo geral, o desenvolvimento de um estudo terminológico para elaboração de glossário de termos técnicos relativos às principais ações e procedimentos no âmbito do IPARDES, como um órgão da administração pública estadual do governo do Paraná, visando à valorização, à disseminação e à democratização das informações públicas. Por meio de uma pesquisa descritiva, respaldada em uma pesquisa bibliográfica e documental, optou-se por tratar das informações pertinentes à Gestão de Informação, à Gestão Documental e à Gestão dos Sistemas de Informações da Instituição, consultando os técnicos e pesquisadores especialistas em cada área, estabelecendo-se para o levantamento uma ficha terminológica dos termos técnicos identificados, obtendo-se, como resultado, um glossário de termos. Conclui-se que, entre as ações e procedimentos da Instituição, quando adotadas práticas de trabalho com equipes multidisciplinares, há a necessidade do envolvimento de todos para que compartilhem o conhecimento. Quanto ao glossário de termos técnicos identificados, deve-se dar continuidade a este projeto, pois entende-se que este é de primordial necessidade pela sua capacidade de disseminação.

Palavras-chave: Gestão da Informação. Conhecimento Organizacional. Termos Técnicos. Glossários.

PREVIDI, Juilson. **Technical terms of the actions and procedures in the Parana Institute of Economic and Social Development – IPARDES**. 2011. 114 p. Dissertation (Master's Degree in Information Management) – State University of Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This study presents the elements that guided the experience of IPARDES - Paraná Institute of Economic and Social Development to research and identify what would be the main challenges for implementing a knowledge management project, aimed at seeking the recovery of his memory technique and monitoring of their projects. Based on a proposal defined by a technical team, their needs have been raised and determined that some goals were discussed, developed, approved and implemented in some projects, such as testing, and after, it moved to its final implementation, making it is standard in all their actions and future participation. Evidence, the general objective, the development of a study for the preparation of terminology glossary of technical terms relating to the main actions and procedures within the IPARDES as an organ of public administration of the state government of Paraná, aiming at exploitation, dissemination and democratization of public information. Through a descriptive research, backed by a bibliographical and documentary, we chose to address the relevant information to the Information Management, Document Management and Management Information Systems of the Institute, in consultation with technical experts and researchers in each area , settling for a terminological survey of identified technical terms, obtaining as a result, a glossary of terms. It is concluded that among the actions and procedures of the institution, when adopted practices of working with multidisciplinary teams, there is the need for the involvement of everyone to share knowledge. As for the glossary of technical terms identified, it should be to continue this project because it is understood that this is of paramount necessity for its ability to spread.

Key words: Information Management. Organizational Knowledge. Technical Terms. Glossaries.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BDE <i>web</i>	Base de Dados do Estado – internet
CSA	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
DEAM	Departamento Estadual de Administração de Materiais
DEAP	Departamento Estadual de Arquivo Público
DECOM	Departamento Estadual de Compras
DEE	Departamento Estadual de Estatística
GEAAIP	Grupo de Estudos para Atividades Agroindustriais do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LD	Linguagem Documentária
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PGD	Projeto Gestão Documental
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SRI	Sistema de Referência de Informações
TGT	Teoria Geral da Terminologia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES	13
3 GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL	32
4 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS	43
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
6 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	57
6.1 GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	81
APÊNDICE A - ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDOS PELO IPARDES POR ANO DE PUBLICAÇÃO	823
APÊNDICE B - FICHAS TERMINOLÓGICAS PROJETO BASE DE DADOS DO ESTADO – BDEWEB	105
APÊNDICE C - FICHAS TERMINOLÓGICAS PROJETO GESTÃO DOCUMENTAL - IPARDES	1088

1 INTRODUÇÃO

A nova realidade por que passa o sistema governamental exige que o Estado reavalie a sua forma de atuação e seu papel frente à sociedade, adotando princípios mais adequados de gestão que ampliem a eficiência da ação estatal, porém sem abandonar a eficácia e o papel de coordenação das políticas públicas, econômicas e sociais. Assim, novos requerimentos constitucionais definem as bases metodológicas e operacionais para o planejamento e a gestão pública e induzem uma nova forma de planejar e organizar suas atividades por meio do modelo de gestão por programas.

Durante a última década, a literatura tem apresentado vasto material que incita à reflexão e à discussão sobre a teoria organizacional, sendo que, nesta área, diversos autores vêm demonstrando a importância do entendimento e da implementação dos conceitos, princípios, modelos e ferramentas de gestão do conhecimento como um novo paradigma para a boa gestão e o sucesso das organizações.

Para Coelho (2004), o conhecimento e a gestão do conhecimento têm sido foco de uma intensa discussão sobre como as organizações privadas podem obter vantagens competitivas e atingir elevados patamares de flexibilidade, produtividade e inovação, sem que, no entanto, a gestão do conhecimento seja devidamente debatida ou incorporada pelo setor público. Ou seja, este novo modelo de gestão tem provocado ainda pouco eco no âmbito das organizações públicas, e quando encontra uma aplicabilidade adequada, com algumas exceções, tem recebido um tratamento indevido, tanto em termos de difusão de seus pressupostos e da articulação de seus interlocutores quanto em relação ao nível de profundidade dos temas tratados.

Em relação às organizações públicas, particularmente em um instituto de pesquisa, que tem como função pública o desenvolvimento de estudos e pesquisas socioeconômicas inseridas nos programas de políticas públicas do governo, a gestão do conhecimento e da informação são fatores primordiais para a sua gestão organizacional, pois em se tratando de um instituto de pesquisa, como este adota o processo de gestão do conhecimento em seu sistema gerencial, determinando o seu planejamento estratégico, a padronização de processos e

procedimentos, a sua gestão documental, a gestão do capital intelectual, seu ambiente de inovação e a aprendizagem contínua de seus funcionários.

Diante desses questionamentos, identifica-se dentro do campo das comunicações especializadas que o intercâmbio de informações possui suas próprias particularidades, que muitas vezes não seguem as normas da língua comum, sendo que a principal destas características, ou também a mais aparente delas, é o léxico. Isto, porque na produção de novos conhecimentos os especialistas de uma área acabam criando novos conceitos, que necessitam de denominação. "As unidades resultantes deste processo são os termos técnicos, por meio dos quais, os especialistas veiculam o conhecimento e exprimem os conceitos relativos a um saber temático, no nível de uma determinada atividade". (CERVANTES, 2004, p.14).

Neste aspecto, como economista, técnico e pesquisador exercendo uma função pública há 27 anos no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), desenvolvendo atividades pertinentes a diversos estudos e pesquisas socioeconômicas em vários ambientes da Instituição, cabe perguntar, quanto a essa questão referente à identificação e padronização de termos técnicos, se ela se encontra presente nas ações e procedimentos da instituição. Assim, identificou-se a necessidade de um estudo que pudesse analisar, considerando as ações e procedimentos do Instituto, se existe uma padronização dos termos técnicos utilizados em suas pesquisas e projetos.

A proposta deste trabalho é o desenvolvimento de uma pesquisa terminológica temática amparada na fundamentação teórico-metodológica da Terminologia, objetivando a elaboração de um glossário de caráter descritivo, sistemático, unilíngue (português) de terminologias na área de socioeconomia, dando ênfase aos termos utilizados nos projetos e pesquisas socioeconômicos desenvolvidos. Este glossário tem a pretensão de funcionar como um instrumento de apoio para estudantes e profissionais envolvidos nessa área de atuação, para familiarizá-los com os termos técnicos. Para tanto, tomou-se como base orientadora as sugestões das etapas de desenvolvimento de trabalhos terminológicos, propostos por Rondeau (1984).

Desta forma, este trabalho é norteado pelo objetivo geral de desenvolver um estudo terminológico para a elaboração de glossário de termos técnicos relativos às principais ações e procedimentos no âmbito do IPARDES. Para que fosse possível alcançar o objetivo geral, os desdobramentos desta pesquisa são representados pelos objetivos específicos que consistem em: identificar as ações e procedimentos quanto à sistematização de projetos do IPARDES; levantar métodos de coleta de termos para a elaboração de glossários de termos técnicos; identificar termos técnicos pertinentes às pesquisas socioeconômicas presentes nos projetos/publicações do Instituto; apresentar uma definição para os termos técnicos coletados.

Buscou-se, para fins desta análise, pesquisar apenas os seguintes projetos: o Projeto de Gestão Documental; a Base de Dados do Estado e o Sistema de Referência de Informações, pelo entendimento de que esses projetos são a base de alimentação de informações para a grande maioria dos demais projetos. Porém, necessitou-se, também, de uma elaboração do histórico do IPARDES, desde a sua fundação até o presente momento, relacionando seus objetivos, sua missão, seus projetos e atividades em desenvolvimento e a sua situação funcional, pois é da qualificação funcional e da sua experiência adquirida ao longo dos anos que se obtém o seu capital intelectual, tão primordial para a manutenção e continuidade do conhecimento institucional, uma vez que é a partir desse conhecimento que as ações e procedimentos em suas pesquisas poderão tornar-se mais eficazes, por meio de uma padronização dos termos técnicos utilizados nas diversas áreas.

Para isso, as seções deste estudo encontram-se estruturadas da seguinte forma: esta Introdução, apresenta o tema, o problema, os objetivos e a justificativa acerca da temática da pesquisa.

A seção 2 caracteriza o IPARDES, desde a sua fundação até o presente momento, relatando sua missão, seus objetivos, suas atividades e seus projetos, resgatando a sua memória. Relata o esforço realizado para implantar um Projeto de Gestão da Informação, apresentando os encaminhamentos executados. Apresenta o Projeto de Gestão Documental, que teve início no final da década de 1990, o qual tem como escopo principal proceder ao tratamento do acervo documental da Instituição e cumprir todas as etapas previstas na linha de ação da Gestão do Estado no Plano de

Governo. Como coordenador de Núcleo, esse projeto estava inserido nesta área, participando de quase todas as fases e encaminhamentos. Dos sistemas de informações, da Instituição, relatam-se dois que irão compor o universo da pesquisa e a população-alvo, que são: a Base de Dados do Estado - *BDEWeb* e o Sistema de Referência de Informações - SRI. A Base de Dados do Estado, constitui um sistema de informações estatísticas das áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, agregadas por município, microrregião e total do Estado, com diversas periodicidades. Já o Sistema de Referência de Informações, visa identificar, cadastrar e disponibilizar referências quanto às informações sobre projetos, programas, atividades de diversas áreas nas instâncias do poder público no Estado do Paraná. Analisa a situação funcional da Instituição, demonstrando a perda de capital intelectual e a falta de interesse de novos funcionários ingressarem na carreira do serviço público estadual.

Na seção 3, *Gestão do Conhecimento Organizacional*, expõe-se o referencial teórico sobre a gestão organizacional e as competências informacionais, fundamentais à implantação da gestão do conhecimento nas instituições.

Na seção 4, *Linguagens Documentárias*, apresentam-se os fundamentos teóricos sobre Linguagem Documentária e Terminologia, conceituando-as. Ressalta-se a importância dos instrumentos terminológicos, especialmente os glossários, como ferramenta de apoio para a construção de tesouros. Trata-se, ainda da Teoria Geral da Terminologia, a qual procura desenvolver um padrão para o uso e identificação dos termos técnico-científicos, apresentando as orientações da ISO 1087 a qual normatiza os procedimentos de identificação e coleta de termos técnicos adotados neste estudo.

A seção 5 traz os Procedimentos Metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa e a metodologia escolhida para a realização do trabalho de pesquisa terminológica, sua caracterização, população-alvo e o instrumento de coleta.

A análise, apresentação dos resultados e o glossário de termos técnicos identificados são apresentados na seção 6.

Por último têm-se as considerações finais e apêndices.

2 O INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Fundado em 1973, o IPARDES surge no contexto de criação do Sistema Nacional de Planejamento. No início da década de 1970, diante da crescente mudança no comportamento econômico do Paraná e das novas tendências da economia no setor agroindustrial, cria-se no Estado uma equipe denominada Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais do Paraná (GEAAIP), atrelada ao Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP). Esse grupo foi o embrião para o surgimento do IPARDES como órgão vinculado à futura Secretaria de Estado do Planejamento, nos moldes do que já ocorria no governo federal entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Planejamento.

A criação do IPARDES é formalizada pela Lei n. 6.407, sancionada pela Assembléia Legislativa em 7 de junho de 1973. Posteriormente, a Lei 7.550, de 17 de dezembro de 1981, altera a denominação Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social para Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES - Fundação Edison Vieira).

Em 3 de junho de 1987, o IPARDES passa a incorporar as atribuições e funções da extinta Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná (FIDEPAR), no que concerne aos programas de treinamento para o desenvolvimento em nível de pós-graduação *lato sensu*. Também o Departamento Estadual de Estatística (DEE) repassa suas atribuições, pessoal e patrimônio ao IPARDES - Fundação Edison Vieira.

Em 16 de julho de 1991, pela Lei n. 9.663, o IPARDES é transformado em autarquia e passa a se denominar Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Cumpre, atualmente, as funções para as quais foi criado, ampliando-as pela assessoria direta à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Sua função é estudar a realidade

econômica e social do Estado para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

São atribuições do IPARDES, conforme especificado na Lei 9.663:

- realizar pesquisas e estudos, elaborar projetos e programas, acompanhar a evolução da economia estadual, fornecendo apoio técnico nas áreas econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento;
- coordenar, orientar e desenvolver atividades técnicas compreendidas no Sistema Estadual de Informações Estatísticas, visando subsidiar, com dados estatísticos, os estudos voltados ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Estado;
- elaborar, executar e coordenar programas e promover atividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos para pesquisa, planejamento e gerência nas áreas de atuação governamental, em nível de pós-graduação *lato sensu*.

Os estudos e pesquisas do IPARDES concentram-se nas seguintes áreas:

- Sociedade - dinâmica populacional, espacial e social; concentrações urbanas; saúde, saneamento, habitação e educação; mercado de trabalho, emprego e renda;
- Economia - indústria, comércio, serviços e turismo; agricultura, produção familiar e trabalho assalariado; desenvolvimento regional e finanças públicas; avaliação do desempenho da economia paranaense (PIB, comércio exterior etc.); infraestrutura e território;
- Meio Ambiente - zoneamentos ecológico-econômicos, mapas temáticos e cartografia digital; indicadores, estudos de vulnerabilidade ambiental, diagnósticos e avaliações físico-ambientais.

Fonte: <http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>

Em 37 anos de trajetória, as análises do IPARDES mudaram a maneira de pensar o Estado, procurando entender sua complexa economia,

propondo e disseminando a visão do Paraná como uma economia integrada ao espaço econômico nacional e internacional, afetada, conseqüentemente, pelos processos que aí ocorrem. Os estudos do IPARDES são, referência obrigatória para quem pesquisa o Paraná. E suas pesquisas estão inseridas completamente no plano de governo, atendendo, assim, as políticas públicas implementadas.

Atualmente, os estudos e as pesquisas desenvolvidos são:

Estudos e pesquisas permanentes

- Acompanhamento das características da dinâmica rural paranaense;
- Acompanhamento das principais características populacionais, espaciais e sociais do Estado e dos municípios, abrangendo aspectos de saúde, saneamento, habitação, mercado de trabalho, emprego e renda;
- Acompanhamento da base de dados da indústria, comércio e serviços;
- Acompanhamento e avaliação de programas governamentais;
- Acompanhamento da Evolução do Comércio Exterior do Paraná;
- Acompanhamento Macroeconômico e Análise de Conjuntura da Economia Paranaense;
- Acompanhamento de metodologias estatísticas: de análise exploratória e normatização de dados; de modelagem econométrica; para definição de planos de amostragem; e de agrupamentos de unidades observacionais;
- Análise socioeconômica das regiões do Paraná;
- Elaboração das Estimativas das Contas Regionais PIB;
- Índice de Preços ao Consumidor (IPC) Curitiba;
- Monitoramento de indicadores ambientais georreferenciados e do uso do solo do Estado do Paraná;
- Pesquisa Mensal de Emprego (PME) na Região Metropolitana de Curitiba;
- Pesquisa de Materiais de Construção Civil;

- Manutenção do Sistema de Informações Estatísticas Base de Dados do Estado (BDE);
- Manutenção do Sistema de Referências de Informações (SRI).

Estudos e pesquisas em desenvolvimento

- Observatório Social indicadores de políticas públicas;
- Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;
- Parâmetros técnicos para a gestão do território: subsídios ao zoneamento ecológico-econômico;
- Avaliação preliminar dos resultados do censo agropecuário;
- Os Vários Paranás - Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades;
- Caracterização da agricultura familiar no Paraná;
- Estudo sobre a ocupação informal no Paraná;
- Projeto Tecnologia de Informações em Sistemas Inteligentes;
- Caracterização da atividade industrial de processamento e transformação do leite no Paraná;
- Tipologia e caracterização socioeconômica dos assentamentos precários da RMC;
- Dinâmica regional brasileira: o desempenho recente da economia paranaense;
- Estimativa da matriz insumo-produto do Paraná;
- Rede urbana do Brasil: dinâmica urbana do Paraná;
- Análise e avaliação dos instrumentos de gestão ambiental: o licenciamento ambiental como instrumento de política pública;
- Fortalecimento e qualificação da gestão municipal;
- Rede urbana e integração produtiva da América do Sul;
- Sistema de acompanhamento dos projetos do Pronat (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais).

Fonte: IPARDES – Relatório atividades 2010.

O IPARDES, nos últimos anos, tomou a iniciativa de resgatar e implementar uma Gestão da Informação, em seu ambiente de trabalho, visando a um

melhor acompanhamento de seus projetos e atividades. Sabendo que uma Gestão da Informação eficaz passa por vários processos, resolveu-se partir em princípio de um modelo segmentado, delimitado por uma equipe multidisciplinar e intrasetorial, a qual decidiu por uma gestão inicial determinada como Sistema de Gestão de Informação.

Esta equipe propôs e estabeleceu algumas metas, relacionadas a seguir, que estão sendo adotadas e implantadas no âmbito institucional, tornando essas práticas formais:

- composição de um comitê revisor das propostas de novos projetos de pesquisa;
- padronização, uso e disseminação de um meio de comunicação interno (*email* e intranet);
- implementação de uma política de preservação dos documentos (publicações, dados, mapas etc.);
- otimização do uso da rede, determinando uma política de *backup*;
- elaboração do fluxo dos processos;
- documentação dos processos, no que diz respeito à metodologia, memória técnica, criação do Dicionário de Dados e Variáveis, determinação do Plano Tabular e elaboração de critérios de consistência;
- busca de uma melhor atualização de mídias eletrônicas;
- proposição de um sistema para tratamento das informações (guarda e recuperação);
- disseminação de alternativas tecnológicas para otimizar o uso das bases de dados.

Fonte: Proposta elaborada pela equipe do projeto – Coordenador do Projeto, o autor.

Diante do exposto, foram realizadas várias discussões com todos os funcionários e estruturadas algumas equipes responsáveis pelas metas estabelecidas. A partir desta premissa, começou-se uma intensa movimentação interna, em que membros destas equipes, cada uma na sua especificidade e na sua meta preestabelecida, buscaram informações, estudos, propostas e encaminhamentos em

diversos meios, como instituições correlatas, meio acadêmico e literário, entre outros. E, ao final de certo período de estudo, cada equipe apresentou a sua recomendação, que, no conjunto, compôs o projeto geral, sendo apresentado a todos e à Diretoria da Instituição.

Aceito e aprovado o projeto, passou-se para a sua viabilização e implantação.

Quanto à composição de um comitê revisor das propostas de novos projetos de pesquisa, foi proposto que o comitê seria composto da seguinte forma: pela Diretoria do IPARDES, um representante do Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas e Métodos Quantitativos, um técnico representante da Diretoria de Pesquisa e a equipe proponente do projeto, além de serem avaliados alguns itens quando da discussão de novos projetos, na elaboração de um Projeto de Pesquisa, como: o que pesquisar?; escolha do tema; definição do problema; hipóteses da pesquisa; base teórica e conceitual; por que pesquisar?; justificativa da escolha do problema; para que pesquisar?; propósitos do estudo, ou seja, seus objetivos gerais e específicos; como pesquisar?; metodologia; quando pesquisar?; cronograma de execução; com que recursos?; orçamento; pesquisado por quem?; equipe de trabalho; qual a metodologia a ser adotada, se amostra ou estudo de caso; quais as fontes primárias e secundárias; elaboração de um Plano Tabular prévio (cruzamentos necessários); construção dos instrumentos de coleta (questionário, entrevista, formulários, fichas etc.); aplicação do pré-teste do instrumento; validação do plano tabular prévio; reformulação do instrumento, se for o caso; elaboração do manual de campo, elaboração do programa para digitação do banco de dados, e definição da amostra.

Após bem delimitada esta fase, passou-se para o levantamento dos dados, o tratamento dos dados, a análise das informações e construção do relatório final, a guarda dos dados/documentação do processo, a revisão e editoração do texto e, por fim, a impressão e divulgação dos resultados. Para a disseminação de meio de comunicação interno, foi apresentada ao corpo funcional uma ferramenta de email, que foi adotada como padrão para toda a Instituição.

Para otimizar o uso da rede interna e determinar uma política de *backup*, primeiramente identificou-se o uso atual dos espaços nos servidores e foi desenvolvido um aplicativo de verificação das datas de utilização dos arquivos, buscando a sua última atualização e a identificação dos sistemas utilizados via rede, visando a uma melhor organização em outra área, bem como organizar a estrutura da rede com áreas específicas, para melhor segurança e organização dos arquivos, criando áreas de usuários, serviços, projetos, sistemas e transição. Já para o fluxo dos processos, ao Núcleo de Difusão de Informações coube a elaboração do fluxo geral, desmembrando por área interna e por demanda para a construção das referidas instruções de trabalho.

O referido Dicionário de Dados, que é uma tabela de apoio, no formato texto, a qual define o significado das informações contidas em um determinado banco de dados, é o local onde se registra todas as informações referentes às variáveis do instrumento de coleta e dos cruzamentos realizados. Deve ser constantemente atualizado e ser de fácil entendimento. Foi proposta a construção de um dicionário de variáveis, utilizando a concepção do Dicionário de Dados. É muito importante que o processo de concepção do Dicionário de Variáveis seja estruturado em paralelo ao projeto da pesquisa.

Foi levantado todo o acervo de mídias eletrônicas disponíveis em nosso Setor de Documentação – Biblioteca, realizando uma avaliação deste acervo, quando se identificou que vários *softwares*, aplicativos, utilitários e mídias encontravam-se sem uso específico, atualmente, no IPARDES, optando-se então pelo descarte destes.

Desde o início dos anos 1990 o Governo Federal vem desenvolvendo uma política nacional de arquivos públicos, e mesmo privados. A partir daí foi decretada e sancionada a Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que regulamenta as ações e responsabilidades com relação à gestão documental produzida no âmbito nacional.

Nessa mesma linha, temos, na instância estadual, igual preocupação com a preservação e gestão do acervo documental do Estado. Para tanto foi instituído, pela Secretaria de Estado da Administração do Governo do

Estado do Paraná, em 25 de setembro de 1995, o Sistema Integrado de Documentos, por meio da Resolução n.º 3.107, a qual pressupõe o que segue:

- considerando que o patrimônio documental é um bem público cuja integridade cabe ao Estado assegurar;
- considerando a importância dos Arquivos como instrumentos de gestão documental, como apoio indispensável à continuidade administrativa, política e social e como patrimônio cultural do Estado;
- considerando a necessidade de estabelecer as bases para a integração efetiva das fases corrente, intermediária e permanente dos documentos, como forma de assegurar a proteção dos arquivos a partir de sua produção;
- considerando que a perda, extravio ou destruição indiscriminada do referido patrimônio podem acarretar danos irreparáveis à Administração do Estado, aos direitos do cidadão e à História;

RESOLVE:

Art. 1: Definir a competência da ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS:

- assegurar a proteção, a preservação e o acesso às informações nas suas esferas de competência, tendo em vista valores administrativo, legal, histórico e cultural, além do interesse e das necessidades da comunidade;
- assegurar e promover a interação dos órgãos públicos responsáveis pela produção e custódia dos documentos;
- exercer funções normativas de coordenação das atividades pertinentes ao processamento técnico dos documentos públicos (produção, descrição, arranjo, avaliação, conservação e destinação) na esfera do Poder Executivo.

Art. 2: Considerar para fins de constituição, como integrantes do patrimônio documental do Poder Executivo, o conjunto dos documentos produzidos e recebidos em decorrência das atividades específicas de cada órgão.

Fonte: DEAP/SEAP – Resolução 3.107 de 25 de setembro de 1995.

Este projeto pretendeu cumprir todas as etapas previstas na linha de ação da Gestão do Estado no Plano de Governo 2003/2006, em que estão contempladas a gestão de documentos correntes e intermediários e a manutenção do arquivo permanente, sendo os documentos históricos da administração pública diagnosticados, classificados, organizados e conservados, competindo ao Estado prover o gerenciamento do acervo público nos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como a sua guarda e divulgação.

Este projeto teve como escopo principal proceder ao tratamento do acervo documental do IPARDES com base nos critérios estabelecidos no Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, elaborado a partir do Departamento

Estadual de Arquivo Público (DEAP), de forma organizada e sistemática, com as finalidades de: atender às demandas da Instituição ou a ela relacionadas de maneira ágil, moderna e segura, permitindo, conseqüentemente, o resgate da sua memória; elaborar um conjunto de normas disciplinares internas de recepção, produção, tramitação e arquivamento de documentos gerados e recebidos em seus respectivos âmbitos de atuação; criar um sistema de banco de dados/informação que proporcionará, o seu resgate por meio de consultas predefinidas do acervo documental do IPARDES; elaborar um Manual de Classificação de Documentos de Atividades-fins do IPARDES, respeitando as peculiaridades intrínsecas dos projetos da Instituição e suas áreas de atuação; e capacitar, por meio de cursos que visem ao tratamento e organização de arquivos correntes, o quadro funcional do IPARDES, na intenção de adotar uma sistemática única de recepção, tramitação e armazenamento da informação para toda a Instituição.

A operacionalização do Projeto de Gestão Documental do IPARDES se deu em duas etapas: uma referente à memória da Instituição, e a outra associada ao estabelecimento de regras para o fluxo atual da informação, assegurando seu tratamento e guarda.

Outra ação foi a de instituir a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos (CSA), que foi constituída por até 7 (sete) membros, sendo: quatro representantes com conhecimento técnico e administrativo do Órgão, um deles podendo ser coordenador; um representante da Assessoria Jurídica do Órgão; dois representantes do DEAP, obedecendo à Resolução n.º 3.107, de 25 de setembro de 1995.

Esta Comissão viabilizou o descarte de toda e qualquer documentação, segundo a tabela de temporalidade, bem como o acompanhamento de todos os processos inerentes ao desenvolvimento do trabalho de gestão documental.

Realizar diariamente o manuseio e tratamento das fontes primárias, ou seja, dos documentos originais pertencentes à Instituição ou a ela relacionados no sentido da pesquisa histórica e manutenção do seu acervo documental; proceder à leitura de textos específicos disponíveis na área de arquivos e similares que auxiliem na realização do trabalho de gestão documental; participar de cursos relativos ao tema, dentro e fora da Instituição, para subsidiar o trabalho prático de triagem, organização e arquivamento dos documentos; elaborar relatórios mensais

das atividades desenvolvidas pela CSA; sistematizar as informações do acervo documental pesquisado, numa base de dados padronizada que possibilitará imediata recuperação do documento ou a informação nele contida.

As realizações das atividades anteriormente citadas estavam previstas para um período de seis meses, e pretendeu atender às demandas mais urgentes da Instituição.

Primeiramente seria retomada e atualizada a Comissão de Avaliação para proceder ao imediato descarte de documentos já analisados relativos ao BDE, DEAM, DECOM, IPC e PARANÁ RURAL. Assim, todas as eliminações de documentos foram precedidas de reuniões da Comissão de Avaliação, discriminadas e atestadas em atas.

O Núcleo de Recursos Humanos, mais especificamente os assentamentos funcionais, foi priorizado na questão da seleção, classificação, organização e arquivamento devido à sua necessidade de agilidade e constância diária no seu manuseio dentro da Instituição e do próprio Núcleo. Em decorrência deste fato, foi também o primeiro a ter seus dados incluídos no Sistema de Gestão Documental do Arquivo Geral do IPARDES, passando a compor o protótipo deste sistema.

Identificou-se a necessidade de elaboração do Manual de Classificação de Documentos das Atividades-fins, como também nesse mesmo período constituir-se-á outro Manual de regras internas de recepção, produção, tramitação e arquivamento de documentos produzidos e recebidos nos diversos setores da Instituição, servindo como referência a todo o corpo funcional como orientação dos procedimentos.

Em face de uma explícita preocupação por parte do Governo do Estado na preservação e gestão do acervo documental em seu poder, e com a disposição de torná-lo de domínio público, é que se fez necessário um esforço conjunto e comprometimento efetivo do corpo funcional do IPARDES, juntamente com sua Diretoria, para a concretização desta tarefa, que deverá ser de caráter permanente e de constante atualização, a qual, em última instância, representará a memória da Instituição e o desempenho de suas atribuições governamentais no Estado e na sociedade paranaense.

O Projeto de Gestão Documental foi deflagrado a partir da Resolução Interna n.º 002/2000, em que se institui a Comissão Setorial de Avaliação de Documentos, em conformidade com a Resolução/SEAD 3.107 de 25/09/95, para desenvolver trabalhos relativos à identificação, seleção e organização de toda a produção documental do IPARDES, desde sua criação, conforme orientação do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP).

A Comissão foi composta por quatro servidores da Instituição e um representante do DEAP. Nesse mesmo ano definiu-se o espaço físico para a implantação do Arquivo Geral do IPARDES à Rua Marechal Hermes, 999 - Centro Cívico e, a partir daí, foram desenvolvidas as atividades abaixo relacionadas:

- Núcleo Financeiro e a referida Comissão avaliaram e selecionaram para eliminação 137m lineares de documentos, respeitando-se o prazo de guarda da tabela de temporalidade definido pelo Manual de Gestão de Documentos do DEAP;
- a Diretoria do IPARDES aprovou a "Norma para Arquivamento de Contratos, Convênios e Termos de Cooperação Técnica", que visa adotar um sistema único de arquivamento para todos os setores;
- compraram-se 24 estantes de aço e equipamentos para o acondicionamento do acervo documental do IPARDES;
- realizou-se o curso "Organização de Arquivos Correntes", relacionado com a área de tratamento e preservação de documentos;
- houve a normatização dos procedimentos para organização e transferência de documentos e para a utilização das dependências do Arquivo Geral do IPARDES;
- foram selecionados, analisados e recolhidos 9,14m lineares de documentos do extinto Departamento Estadual de Estatística (DEE) para guarda permanente no DEAP, por estes serem considerados de valor histórico;

- foram selecionadas e eliminadas 92 caixas-arquivo de documentos do Projeto Custo de Vida em Curitiba, bem como 47 caixas-arquivo e 6 rolos de plantas de Curitiba do Departamento Estadual de Administração de Materiais (DEAM);
- recolheu-se ao DEAP a coleção dos boletins da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) referente ao período de 1994 a 1997, totalizando 0,15m lineares;
- em fevereiro de 2002 ocorreu a mudança do Arquivo Geral para as novas instalações do IPARDES, à Rua Máximo João Koop, 274 - Bloco 2, no Bairro Santa Cândida;
- fez-se a identificação, triagem e prévia separação de documentos de todas as áreas de atuação do IPARDES, restando aos seus responsáveis a análise, seleção e acondicionamento em caixas-arquivo devidamente etiquetadas e organizadas nas estantes do Arquivo Geral, em conformidade com o Manual de Gestão Documental, já mencionado;
- procedeu-se à análise, seleção e descarte de 1.350 caixas arquivo de questionário da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), equivalente a 5.000 kg, devidamente documentado e enquadrado na tabela de temporalidade definida pelo Manual de Gestão Documental do DEAP;
- foi realizada a análise, seleção e eliminação dos conjuntos documentais relativos aos Métodos Quantitativos (IPMR e IPC), bem como dos documentos dos Recursos Humanos, totalizando 234 caixas arquivo equivalentes à 1.060 kg, dentro dos prazos previstos pela tabela de temporalidade;
- no 1.º trimestre de 2005 houve a transferência do acervo documental do IPARDES para outro espaço físico, no mesmo edifício, por força de um remanejamento interno da sua estrutura física.

Fonte: IPARDES – Projeto Gestão Documental. Relatório de atividades, 2005.

Nesse intervalo de tempo houve algumas reuniões, incluindo a Diretoria do IPARDES, o DEAP e a Comissão, no intuito de retomar e planejar as atividades futuras da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos do IPARDES, porém sem grande avanço nesse sentido.

A partir do dia 10 de julho de 2006 foram retomadas as atividades da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos, instituída em 4 de abril de 2000.

Este projeto, atualmente, encontra-se vinculado ao Núcleo de Documentação do IPARDES em fase de implantação após Resolução Interna N.º 002/2006, que dá amplos poderes à comissão de exercer suas funções no âmbito do tratamento do acervo documental do IPARDES, conforme Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná, publicado pelo DEAP.

As atividades desenvolvidas neste período foram as seguintes:

- elaboração do Projeto de Gestão Documental do IPARDES visando contemplar as áreas técnica e operacional;
- instalação física do Arquivo Geral do IPARDES – Projeto de Gestão Documental;
- reunião com representantes do DEAP, para traçar estratégia de trabalho sobre procedimentos na área de Recursos Humanos, mais especificamente assentamentos funcionais, área esta priorizada devido à grande demanda de informações por parte do próprio núcleo, utilizando-o como protótipo do Sistema de Gestão Documental, a ser desenvolvido. Tratou-se também sobre a estrutura modelo do Sistema de Gestão Documental;
- reunião com o Núcleo de Recursos Humanos para encaminhamentos práticos dos conjuntos documentais de assentamentos funcionais e outros assuntos pertinentes ao projeto;
- levantamento das dimensões e estudo de *layout* das futuras instalações do Arquivo Geral na nova sede do IPARDES;
- reunião e discussão com o responsável pelo Sistema de Gestão Documental e a CSA sobre definição da estrutura modelo do Sistema de Gestão Documental, a sistematização das

informações e o detalhamento do sistema, visando à normalização do banco de dados;

- padronização da codificação, identificação e localização dos documentos já selecionados e acondicionados no Arquivo Geral, sendo as estantes enumeradas de 01 a 10, e as prateleiras de A à F;
- foram revisados, avaliados, classificados, organizados, arquivados e desmembrados os processos funcionais das 300 pastas funcionais do Núcleo de Recursos Humanos;
- avaliação e seleção dos conjuntos documentais da BDE (24 caixas-arquivo de balanços municipais de 1995 a 1999); IPC (90 caixas arquivo de formulários de pesquisa e coleta de preços, relatórios de frequência e emparelhamento, e boletins de divulgação); PARANÁ RURAL (78 caixas arquivo de formulários de pesquisa de campo);
- publicação em Diário Oficial da Resolução Interna N.º 002/2006, que resolve alterar a composição da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos do IPARDES.

Fonte: IPARDES – Projeto Gestão Documental. Relatório de atividades, 2005.

Dos Sistemas de Informações existentes no âmbito da Instituição, destacam-se dois, por estarem em conformidade com os aspectos técnicos e em plena utilização. São eles a Base de Dados do Estado (BDEWeb) e o Sistema de Referência de Informações (SRI).

A Base de Dados do Estado é um sistema de informações estatísticas com mais de 7 milhões de dados classificados por grandes temas e assuntos. São informações das áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, disponíveis para as seguintes agregações: município, microrregião geográfica do IBGE, região geográfica do Paraná e total do Estado.

O sistema BDEWeb é resultado de convênio entre o IPARDES e a Fundação SEADE de São Paulo.

Vale esclarecer que na agregação "região geográfica" os limites regionais coincidem com os limites das mesorregiões geográficas do IBGE, exceto

no caso das regiões Sudoeste e Centro-Sul, para as quais se aplica a Lei Estadual n.º 15.825, de 28/04/2008, que inclui na região Sudoeste os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguairinha.

Na *BDEWeb* encontram-se dados como o Produto Interno Bruto (PIB), Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), densidade demográfica e informações específicas, como número de emprego por setores de atividades, produção agropecuária, grau de urbanização, entre outras.

Gera os seguintes produtos com Informações Municipais:

1. Cadernos Municipais

Este produto apresenta informações que possibilitam o conhecimento da realidade municipal ou estadual.

2. Perfil dos Municípios

Apresenta informações selecionadas que possibilitam obter um perfil do Paraná e dos seus municípios.

3. Anuário Estatístico

Contém informações de dados estatísticos sobre a realidade estadual, as quais permitem analisar o comportamento socioeconômico e ambiental do Paraná e de seus 399 municípios. O Anuário é estruturado em cinco seções; as quatro primeiras compreendem o agrupamento de dados referentes a território, infraestrutura, características demográficas e sociais da população e economia, e a última seção contempla um conjunto de indicadores selecionados.

O Sistema de Referência de Informações é uma iniciativa do IPARDES no sentido de identificar, cadastrar e disponibilizar referências quanto a informações de cunho estatístico sobre projetos, programas, pesquisas e/ou atividades das áreas econômica, social, financeira, política, física e administrativa nas instâncias do poder público no Estado do Paraná.

Essas referências são armazenadas em um banco de dados, passíveis de serem resgatados por temas, assuntos, palavras-chave ou instituições a partir de um sistema que possibilite a busca e recuperação, disponível no *site* do IPARDES (www.ipardes.gov.br).

Para a composição deste cadastro é realizada uma coleta de dados por meio de um questionário aplicado em várias instituições que fazem parte desse inventário.

Nesse contexto, são consideradas apenas as atividades-fim das instituições, ou seja, somente o que gere dados de caráter estatístico.

Assim, as informações contidas no SRI permitem recuperar, analisar e subsidiar trabalhos e projetos em todos os níveis da esfera governamental, de maneira ágil e eficiente.

O IPARDES atualmente é composto por 131 servidores efetivos e 58 servidores contratados em Regime Especial (temporários). Estes 131 servidores compõem um dos mais qualificados corpos técnicos do Estado, como é possível observar no quadro a seguir:

Quadro 1 - Formação do quadro técnico do IPARDES, segundo classe profissional - 2010

CLASSE PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA					TOTAL
	Médio	Graduados	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Agentes de Apoio	2	1	-	-	-	3
Agentes de Execução	7	12	-	-	-	19
Agente Profissional	-	12	55	26	16	109
TOTAL	9	25	55	26	16	131

Fonte: IPARDES - Núcleo de Recursos Humanos

NOTA: Os dados foram levantados junto ao Núcleo de Recursos Humanos do IPARDES e trabalhados pelo autor.

Nota-se que, dos 131 técnicos, 16 apresentam título de doutor, 26 título de mestre e 55 possuem título de especialista. Apenas 12 entre os agentes profissionais apresentam a titulação mínima exigida, que é o curso superior completo. Entre os agentes de execução do quadro funcional, 12 dos 19 apresentam curso superior concluído, mostrando titulação superior à exigida para a função, e 7 apenas o nível mínimo. Dos nossos agentes de apoio, todos apresentam uma titulação maior que aquela exigida para sua função (ensino fundamental), sendo que dois concluíram o ensino médio e um deles possui curso superior.

É possível observar que a Instituição prima pela qualificação profissional formal de seu quadro e que, justamente por conta deste diferencial,

serve como suporte a diversas outras instituições e secretarias do Estado. Para exemplificar tal situação, 20 técnicos do quadro do IPARDES, hoje, dão suporte para outras instituições exercendo atividades comissionadas.

Apesar disso, a Instituição passa por um processo de redução em seu quadro profissional, proporcionada sobretudo pelo grande número de funcionários que já está recebendo abono permanência (atualmente são 29 servidores), os quais podem, a qualquer momento, solicitar sua aposentadoria. Diante deste fato, é indispensável procurar medidas que tornem possível manter os funcionários no quadro existente e, principalmente, tornem a carreira na Instituição atrativa para novos funcionários nos concursos futuros, que serão indispensáveis para a continuidade do IPARDES.

Dada a particularidade do trabalho desenvolvido, consolidou-se ao longo dos anos, uma capacitação formal e informal do quadro técnico. Reconhece-se, desse modo, na capacitação técnica, um dos acervos fundamentais da Instituição. Acervo este, é preciso destacar, vinculado a um *modus operandi* construído e consolidado ao longo do tempo.

Atualmente suas atividades vão desde a obtenção e sistematização de dados e realização de estudos e pesquisas para a formulação de políticas estaduais de desenvolvimento socioeconômico à avaliação de programas e projetos. É sua função produzir conhecimento e informação para assessorar, subsidiar e fundamentar programas do governo estadual referentes ao direcionamento e definição de estratégias para o avanço e consolidação da estrutura produtiva, social e ambiental do Paraná. Os estudos da Instituição são referência e parâmetro para as ações governamentais.

Em 16 de julho de 1991, uma alteração no regime jurídico transformou o IPARDES de fundação em autarquia. Esta condição jurídica, apesar de colocar a Instituição no marco legal da administração direta, implicou perdas institucionais amplas e sucessivas. Ao longo dos anos, o IPARDES viu-se na condição, não desejável, porém incontrolável, de fornecedor de recursos humanos para as universidades, empresas públicas do próprio Estado e iniciativa privada em decorrência das perdas salariais e da ausência de uma política de carreira e remuneração compatível com as funções exercidas na Instituição e com a qualificação exigida de seu corpo funcional.

Entre 1991 e 2003 a Instituição perdeu 36 técnicos. Destes, 13 com nível de mestrado e/ou doutorados foram para o meio acadêmico. A dificuldade em reter os profissionais aprovados no último concurso realizado (2005) reforça essa situação, conforme demonstra o quadro abaixo. Do total de 9 economistas previstos para contratação, apenas 4 estão exercendo função na Instituição, sendo que 16 foram convocados, mas recusaram. Este é também o caso dos bibliotecários, exemplo extremo dessa situação, em que foram convocados 5 profissionais, mas a função permanece ainda em aberto, conforme pode-se verificar no quadro abaixo.

Quadro 2 - Situação do último concurso do IPARDES

FUNÇÃO	VAGAS PREVISTAS NO EDITAL N.º 76/2005 (ÚLTIMO CONCURSO)	AMPLIAÇÃO DE VAGAS	TOTAL DE VAGAS (PREVISTAS NO EDITAL N.º 76/2005 + AMPLIAÇÃO)	PROFISSIONAIS QUE TOMARAM POSSE	PROFISSIONAIS QUE JÁ PEDIRAM EXONERAÇÃO	PROFISSIONAIS EXERCENDO FUNÇÕES NO IPARDES	TOTAL DE CONVOCADOS PARA EXAME MÉDICO
Analista Sistemas	01	01	02	01	-	01	02
Demógrafo	01	-	01	01	-	01	01
Bibliotecário	01	01	02	02	02	-	05
Economista	05	04	09	05	01	04	16
Estatístico	01	02	03	01	01	-	04
Geógrafo	02	01	03	02	-	02	03
Sociólogo	05	-	05	05	01	04	09

Fonte: IPARDES - Núcleo de Recursos Humanos, 2011.

NOTA: Os dados foram levantados junto ao Núcleo de Recursos Humanos do IPARDES e trabalhados pelo autor.

O IPARDES passou de órgão atrativo a órgão pouco competitivo. Deste modo, é preciso salientar que a especificidade das atividades exercidas necessita do conhecimento forjado no cotidiano, no convívio e no contínuo fazer e desenvolver dos projetos, pesquisas e análises.

Nesse sentido, o cenário que se delineia é comprometedor, uma vez que a Instituição conta com um quadro funcional de 131 funcionários, dos quais 22% já recebem o abono permanência e poderão se aposentar a qualquer momento. Na outra ponta, os pesquisadores contratados no concurso de 2005, os entrevistadores de campo e os supervisores das pesquisas periódicas, contratados por tempo determinado, encontram no próprio Estado e no mercado melhores remunerações e perspectivas de carreira. A ausência de uma política de transição que garanta a

transmissão do conhecimento técnico desenvolvido e acumulado resulta em perdas imensuráveis à Instituição.

Diante do exposto, evidencia-se que a Instituição soma atribuições que a particularizam dentro do Quadro Geral do Estado e, portanto, considera-se pertinente alcançar um tratamento também particular no plano da valorização dos profissionais e, por consequência, fortalecer o IPARDES como instituição de pesquisa estratégica no Sistema de Planejamento do Estado do Paraná de modo a que não venha a perder todo o seu capital intelectual adquirido ao longo do tempo nem sua particularidade em elaboração de projetos socioeconômicos. Assim, é necessária a realização deste estudo, o qual levantará os termos e as definições mais usuais em seus projetos de pesquisa, gerando um glossário de termos técnicos, padronizando-os e servindo de auxílio para trabalhos futuros, bem como para a interpretação destes termos pela sociedade em geral.

3 GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL

Para Alvarenga (2006), a temática denominada Gestão do Conhecimento, também entendida e apropriada como gestão de organizações da era do conhecimento, configura-se como um repensar da prática gerencial à luz da era da informação, era do conhecimento ou era da inovação perpétua, uma vez que a informação e o conhecimento tornaram-se os verdadeiros fatores de vantagem competitiva dos tempos atuais, únicos capazes de conferir sustentabilidade de longo prazo para as organizações públicas e privadas.

Segundo, o mesmo autor, “muito do que se convencionou chamar ou a que se atribui o nome de Gestão do Conhecimento é, na verdade, gestão da informação”. Contudo, a gestão do conhecimento vai além da pura gestão da informação, por incorporar aspectos e preocupações com as questões da criação e do uso do conhecimento nas organizações. A gestão da informação é apenas um dos elementos da gestão do conhecimento e ponto de partida para quaisquer outras iniciativas de gestão do conhecimento.

Sob a terminologia "gestão do conhecimento organizacional", várias abordagens gerenciais e ferramentas destinadas às questões da informação e do conhecimento nas organizações são tratadas como: gestão estratégica da informação, gestão documental, gestão do capital intelectual, gestão da tecnologia, aprendizagem organizacional, comunidades de prática, mapas do conhecimento, inteligência competitiva e social, dentre outros. Na verdade, as organizações adotantes da gestão do conhecimento não gerenciam o conhecimento na acepção estrita e terminológica do termo, apenas capacitam-se para o conhecimento, visto que reconhecem que este só existe na mente humana e no espaço imaginário entre as fronteiras de mentes criativas em sinergia de propósitos.

Na literatura especializada, são encontrados diversos modelos para a gestão do conhecimento organizacional. Essa diversidade de modelos é mais marcada pela complementaridade do que pelo antagonismo. Um aspecto comum entre os modelos existentes é o reconhecimento do papel estratégico do conhecimento na competitividade das empresas. Os modelos propostos são constituídos por práticas sistemáticas e ações planejadas para gerenciar o conhecimento organizacional.

A diferença entre um modelo e outro reside na ênfase que é dada a certos aspectos do conhecimento organizacional. Alguns modelos priorizam a geração do novo conhecimento, a criatividade, a inovação, enquanto outros modelos destacam a preservação e a codificação do conhecimento já existente. Certos modelos de gestão do conhecimento organizacional enfatizam o conhecimento interno à empresa e a percepção do conhecimento como estoque. Já outros autores, como Philippe Zarifian, Dudziak e Marchiori, descrevem o conhecimento como fluxo e propõem modelos que facilitam a troca de conhecimento em toda a cadeia de valor da organização. Os modelos associados ao capital intelectual são influenciados por conceitos contábeis e se preocupam mais com a definição de indicadores gerenciais e a mensuração dos ativos intangíveis. Os modelos associados à gestão do conhecimento se concentram nos processos vinculados ao conhecimento organizacional, tais como criação, conversão, codificação e compartilhamento.

Entre os modelos mais difundidos, está, sem dúvida, o modelo proposto por Nonaka e Takeuchi (1997, p.68), no qual são definidos os quatro seguintes modos de conversão do conhecimento:

- **Socialização:** compartilhamento do conhecimento tácito. Consiste no compartilhamento de experiências através da observação, imitação e prática, segundo o modelo mestre/aprendiz;
- **Externalização:** conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito através do uso de metáforas, analogias, conceitos, hipóteses ou modelos;
- **Combinação:** conversão do conhecimento explícito em conhecimento explícito. Envolve a reconfiguração das informações existentes através da classificação, do acréscimo, da combinação e da categorização do conhecimento explícito;
- **Internalização:** compartilhamento do conhecimento explícito. É intimamente relacionado ao "aprender fazendo" e ocorre sob a forma de modelos mentais ou *know-how* técnico compartilhado.

Segundo Nonaka e Takeuchi (1997, p.83), a criação do conhecimento organizacional envolve cinco fases principais: compartilhamento do

conhecimento tácito, criação de conceitos, justificação de conceitos, construção de protótipos e nivelamento do conhecimento.

Essa abordagem é marcada pela ênfase na importância do conhecimento tácito coletivo para a inovação e a criação do conhecimento organizacional.

Os autores japoneses também destacam a dimensão social da criação do conhecimento:

Nosso modelo dinâmico da criação do conhecimento está ancorado no pressuposto crítico de que o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Chamamos essa interação de conversão do conhecimento. Não podemos deixar de observar que essa conversão é um processo social entre indivíduos, e não confinada dentro de um indivíduo, (NONAKA e TAKEUCHI, 1997, p.37).

“O conhecimento pode ser somente promovido ou estimulado e, assim sendo, o que se gerencia são as condições favoráveis para a emergência do novo, da inovação, da criatividade, da aprendizagem e do compartilhamento de informações e dos conhecimentos relevantes, da cultura organizacional e do comportamento humano, da autonomia, do *layout* ou dos locais de encontro. Em outras palavras, apenas se promove ou se estimula o conhecimento mediante a criação de contextos organizacionais favoráveis”, conforme Alvarenga (2006).

A gestão do conhecimento, em sua teoria básica, agrupa o conhecimento em duas categorias: o conhecimento explícito e o conhecimento tácito.

O conhecimento explícito é aquele que se pode articular. É o conhecimento que conseguimos transmitir na forma escrita ou verbal. Já o conhecimento tácito é aquele que está em nossas mentes, mas é difícil de transmitir. O que dificulta a transmissão do conhecimento tácito é que, além da informação, ele se compõe de crenças, valores, *know-how* e *insights*.

A abordagem que utiliza o conhecimento explícito, intitulada codificação, exige um pesado investimento em tecnologia da informação, na qual, pelo uso da intranet, transfere-se o conhecimento de indivíduos e grupos para *databases* ou repositórios de conhecimento. A vantagem do foco nesta abordagem é

a reutilização do conhecimento, pois, uma vez codificado, ele pode ser facilmente disseminado para toda a organização por meio da tecnologia da informação. Assim, funcionários que se deparam com tarefas e problemas similares na organização não necessitam "reinventar a roda", eles podem consultar o que já existe sobre aquilo e acrescentar nos *databases* somente o que há de novo.

A outra abordagem é a personalização. Neste caso, o foco é na transmissão do conhecimento tácito. Como há dificuldades de externar o conhecimento, sua transmissão ocorre face a face, de indivíduo para indivíduo ou de indivíduo para pequenos grupos. As formas mais conhecidas de sua transmissão são os trabalhos em equipes, palestras, fóruns e reuniões formais e informais.

Segundo Azevedo (2000, p.3), "Os benefícios para o setor governamental da adoção de estratégias da gestão do conhecimento são bastante significativos, principalmente quando se considera que as organizações públicas têm o conhecimento como principal *input* e produto". No entanto, o tamanho, a complexidade e a cultura do setor público tendem a exacerbar alguns dos problemas mais comuns na implementação da gestão do conhecimento. Esses obstáculos são essencialmente de ordem estrutural e cultural. Os órgãos governamentais possuem linhas rígidas de demarcação entre departamentos, funções e níveis de gestão, que acabam gerando feudos do conhecimento, dificultando, desse modo, o compartilhamento voluntário entre funcionários e entre departamentos. Sendo a estrutura tão hierarquizada, o conhecimento tende a ficar concentrado em uma ou poucas pessoas, que se consideram especialistas e utilizam o conhecimento como forma de poder, pois o veem como proteção para continuar exercendo determinada função e, também, como alavanca pessoal.

Apesar desses obstáculos, órgãos governamentais podem implementar estratégias para melhor aproveitar seu capital humano, criando formas e sistemas localizadores de expertise ou árvores de conhecimento, onde se pode facilmente localizar quem sabe o quê na organização; criando, também, locais reais ou virtuais, para a troca e compartilhamento de informações e conhecimentos relevantes, estimulando a aprendizagem organizacional e formando sucessores do conhecimento, evitando-se, dessa maneira, que conhecimentos se concentrem na

cabeça de uma única pessoa e suavizando-se a perda relevante de capital humano com as aposentadorias; agindo, também, como disseminador, implantando um portal, via intranet ou sistema de gestão eletrônica de documentos, cuja concepção deverá levar em conta a política de informação da organização e as necessidades de informações de usuários e potenciais usuários, permitindo um bom fluxo de informações e documentos, evitando a re-invenção da roda, a duplicação de esforços e o re-trabalho, como o mesmo estudo, pesquisa ou atualização de um projeto, evitando que seja elaborado várias vezes por pessoas diferentes, recuperando documentos sem referências à última versão e atualização, perda de informações e documentos relevantes armazenados em um disco rígido de um computador pessoal em arquivos individuais, totalmente dispersos, gerando dificuldades para seu acesso e uso quando desejado. Uma das formas que vêm sendo utilizadas para sanar essa dificuldade é o mapa de conhecimento.

Davenport e Prusak (1988, p.88) afirmam que "o mapa de conhecimento envolve localizar conhecimentos importantes dentro da organização e depois publicar um tipo de lista que mostre onde encontrá-los. Pode ter o formato de um mapa real, páginas amarelas do conhecimento, ou um banco de dados sofisticado".

Para Davenport e Prusak (1988, p.90),

as informações necessárias para se criar um mapa de conhecimento normalmente já existem nas organizações, porém em forma fragmentada e não documentada. Cada funcionário tem um pedacinho do mapa na cabeça, sabe qual é o seu próprio conhecimento e aonde ir para obter respostas para as suas perguntas. Criar um mapa organizacional é uma questão de se combinar esses minimapas individuais.

Dentro desse enfoque, o mapa de conhecimento está intimamente ligado ao processo de combinação, isto é, sistematiza o conhecimento disperso na organização e disponibiliza para a organização, a informação e de onde encontrá-lo.

Conforme Davenport e Prusak (1998), o conhecimento organizacional pertence à empresa e não a um grupo restrito de pessoas. Levando-se em consideração esse pressuposto teórico, um bom mapa do conhecimento deve servir de base

para o processo de conversão do conhecimento, do individual ao coletivo, asseveram Davenport e Prusak (1998).

Outra forma também muito utilizada é a chamada comunidades de prática, que são grupos de pessoas que misturam relacionamentos e atividades em um determinado tempo e em relação tangencial e envolvimento com outras comunidades, em que os novos membros aprendem com os mais velhos. Para a existência de uma comunidade de prática são fundamentais três características: o domínio do conhecimento, que dá aos membros um senso de empreendimento comum e os mantém juntos; a comunidade, onde os membros participam de atividades conjuntas e de discussões, ajudando uns aos outros e compartilhando as informações e construindo relacionamentos, e a outra é a prática na qual seus membros desenvolvem e compartilham recursos, experiências e histórias. Para que haja a participação em uma comunidade, existem três modos distintos, a saber o engajamento, a imaginação e o alinhamento. Por meio desses três modos, busca-se o envolvimento ativo nos processos, criando imagens do mundo e a busca de conexões das relações e coordenando a energia e as atividades de um grupo de pessoas. As comunidades de prática são justamente os recursos de conhecimento mais dinâmicos e versáteis das organizações, nas quais as interações realizadas no dia-a-dia são tão naturais e inerentes à vivência das pessoas que, muitas vezes, nem são percebidas ou questionadas.

Quando falamos de conhecimento organizacional e tratamos dos colaboradores, também não podemos deixar de falar em competência informacional, a qual segundo Miranda (2006) pode ser assim definida:

A competência informacional pode ser definida como um conjunto de competências individuais que possa ser colocado em ação nas situações práticas do trabalho com a informação. Ela pode ser expressa pela expertise em lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos informacionais. Essa competência poderá, provavelmente, ser relacionada às competências de um profissional de informação (MIRANDA, 2006, p. 109).

Além dessa definição, identifica alguns conceitos:

- **competência** é um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo (Miranda *apud* Fleury & Fleury, 2001, p. 21). Os atributos principais da competência são iniciativa, responsabilidade, inteligência prática, conhecimentos adquiridos, transformação, diversidade, mobilização dos atores e compartilhamento (MIRANDA *apud* ZARIFIAN, 2001 e 2003);
- **competência profissional** é a que está relacionada a indivíduos ou equipes de trabalho, integrando aspectos técnicos, cognitivos, sociais e afetivos relacionados ao trabalho (Miranda *apud* Brandão, 1999, p. 28). Ela compreende conhecimentos, habilidades e atitudes ou comportamentos que permitirão o desenvolvimento da organização no cumprimento de sua missão (MIRANDA *apud* DUTRA, 2001; FLEURY, 2001; DURAND, 1998 *apud* BRANDÃO, 1999);
- **competência organizacional** é o *savoir-faire* (saber fazer) da empresa em um domínio particular, que se origina e se sustenta pelas competências profissionais aliadas aos processos organizacionais e outros recursos, ou a capacidade de combinar, misturar e integrar recursos em produtos e serviços (MIRANDA *apud* ROUBY & SOLLE, 1999, p.3; BRANDÃO, 1999, p.28, FLEURY & FLEURY, 2001, p.23). Elas incluem as competências sobre a organização e sobre seus processos, as competências em técnicas e formas de trabalho, as competências de serviço e as competências sociais;
- **competência essencial ou competência-chave** é um conjunto de habilidades e tecnologias cuja marca de autenticidade é a integração. Elas representam um valor percebido pelo cliente, uma diferenciação entre concorrentes, uma capacidade de expansão (MIRANDA *apud* HAMEL & PRAHALAD, 1995, p.233-241). Elas são sobretudo um fator distintivo e único que marca uma organização ou uma atividade em particular.

No escopo da gestão do conhecimento, "gestão de competências" é a expressão utilizada para promover a integração entre as atitudes, as habilidades e os conhecimentos necessários para que as pessoas alcancem resultados diferenciados, além de haver uma maior responsabilidade pelo processo de aprendizagem, tanto por parte do gerente quanto dos colaboradores.

A disseminação da cultura organizacional é o fator preponderante quando o assunto é gestão do conhecimento. Afinal, para muitas organizações, conhecimento é poder. Projetos vitoriosos de gestão do conhecimento concentram-se na mudança de uma "cultura individualista" para uma "cultura colaborativista". É

equivocada a compreensão de que "informação é poder", visto que "compartilhar é poder".

Organizações públicas podem beneficiar-se de inúmeras práticas de gestão do conhecimento, promovendo a disseminação de informações à sociedade em geral, com a sua efetiva função social, atingindo padrões elevados de desempenho e excelência. Para isso, é necessário que os integrantes das equipes dessas organizações sejam estimulados a se co-responsabilizarem a conduzir adequadamente a gestão do conhecimento institucional, uma vez que por participarem das mesmas, constituem o "capital intelectual". Na visão de Nonaka e Takeuchi (1997, p.176), os integrantes da equipe com esse novo perfil "acumulam, geram e atualizam tanto o conhecimento tácito como o explícito, agindo quase como 'arquivos vivos' no dia-a-dia", ascendendo em todas as esferas de relações.

Gestão do conhecimento é um processo longo de gestão de mudanças e exigências em esforços e mobilização, sendo primordial o engajamento e comprometimento de todos os componentes da estrutura hierárquica.

A gestão do conhecimento "envolve a transformação e a potencialização dos ativos intangíveis em um valioso recurso estratégico para a vida das pessoas e das organizações" (HOFFMANN, 2009, p.85). Quando o assunto é conhecimento organizacional, há de se destacar a importância das competências organizacionais, conceituadas por Fernandes, Fleury e Mills (2006, p.50) como "um conjunto de recursos coordenados que geram valor à organização, são difíceis de imitar, podem ser transferidos a outras áreas, produtos ou serviços da organização, e impactam o desempenho organizacional em um fator-chave a seu sucesso".

Perrenoud (2000) refere-se à competência como a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos, ou seja, as capacidades, os saberes, as informações para solucionar quaisquer situações com eficácia. Trabalhar as competências implica transferir e mobilizar capacidades e conhecimentos em situações reais e não apenas hipotéticas.

Resende (2000, p.58-59) apresenta uma categorização de competências bastante útil ao entendimento e aplicação das mesmas em ambientes organizacionais, que facilita o planejamento da gestão do conhecimento. São elas:

- **Competências técnicas:** apenas certos especialistas dominam e caracterizam determinada profissão.
- **Competências intelectuais:** são relacionadas à aplicação de aptidões mentais. Ex.: ser capaz de perceber e discernir situações no cotidiano.
- **Competências cognitivas:** mescla entre capacidade intelectual e domínio do conhecimento.
- **Competências relacionais:** habilidades práticas de relações e interações, interpessoais e convívio em grupo.
- **Competências sociais e políticas:** relacionadas a participações e atuação nas relações sociais.
- **Competências didático-pedagógicas:** voltadas à educação e ao ensino.
- **Competências metodológicas:** técnicas aplicadas aos meios de organização de atividades e trabalhos. Como exemplos: pesquisas em que se aplica uma metodologia científica.
- **Competências de lideranças:** conjunto de habilidades pessoais e conhecimentos de técnicas de persuasão de pessoas para diversos fins, seja na vida profissional ou social.
- **Competências empresariais e organizacionais:** aquelas aplicadas a diferentes estratégias, projetos e/ou objetivos e formas de gestão.

No bojo das transformações impostas pela evolução social, a educação e, em decorrência, a aprendizagem eclodem como necessidades básicas aos indivíduos e instituições como condição para a inserção no contexto atual. Nessa perspectiva, as diretrizes estabelecidas para a Sociedade da Informação no Brasil enfatizam o desenvolvimento de competências para a aprendizagem, ao ressaltarem que

Educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para 'aprender a aprender', de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica (TAKAHASHI, 2000, p.45).

Pode-se afirmar, então, que a competência informacional é a competência que permeia todas as competências humanas, sejam quais forem, incluindo as competências organizacionais, aquelas fundamentais à implantação da gestão do conhecimento nas instituições. A informação se faz necessária para qualquer atividade desempenhada por um indivíduo, e o grau de competência que ele possui

para adquirir essa informação é o diferencial das pessoas com ou sem sucesso para toda e qualquer atividade da vida, seja na área profissional, acadêmica, pessoal, familiar, de lazer, dentre outras é impossível viver sem informação. Um dos conceitos mais abrangentes e citados de competência informacional é o de que:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de cidadania é necessário que escolas e faculdades compreendam o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança, preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (ALA, 1989).

Dessa forma, a educação e a aprendizagem, mais especificamente, são o esteio deste terceiro milênio em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito às relações no ambiente de trabalho, pois a aprendizagem neste ambiente depende do uso da informação organizacional e, como ressalta Miranda (2004, p.118), a competência para o uso da informação em ambiente de trabalho

[...] pode ser definida como um conjunto de competências individuais que possa ser colocado em ação nas situações práticas do trabalho com a informação. Ela pode ser expressa pela expertise em lidar com o ciclo informacional, com as tecnologias da informação e com os contextos informacionais.

A competência em informação e o aprendizado ao longo da vida foram reconhecidos em encontro de especialistas dessa temática realizado na Biblioteca de Alexandria, em novembro de 2005, promovido pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). São denominados como "os faróis da sociedade da informação", por sustentarem a premissa de que iluminam "os caminhos para o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade" (IFLA, 2005; DUDZIAK, 2008, p.43). Nesse evento, um dos eixos temáticos trabalhados foi a competência informacional para o desenvolvimento econômico, que ressalta a responsabilidade do governo em promover oportunidades de aprendizado, evolução pessoal e social aos cidadãos por meio da articulação e definição de políticas

públicas. Sendo o IPARDES um instituto de desenvolvimento econômico e social, tem a corresponsabilidade em torno destas políticas e, para isso, necessita de equipe competente em informação a fim de identificar as necessidades sociais e agilizar propostas que venham a satisfazê-las.

Assim, a competência em gerir a informação passa pela competência profissional dos técnicos que detêm o conhecimento tácito, cabendo à organização a capacidade de identificar e transformar esse conhecimento em conhecimento explícito. Um dos caminhos em direção a essa competência é o procedimento de padronização de termos técnicos, orientados pela Linguagem Documentária e baseados segundo os instrumentos terminológicos.

4 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Para evitar que o conhecimento produzido se perca, ou mergulhe em um caos onde nada possa ser recuperado, tornam-se necessárias a criação e a adoção de sistemas de registros capazes de propiciarem o compartilhamento de saberes entre pessoas e pelo enorme número de informações veiculadas pela chamada Era da Informação e do Conhecimento. Sendo assim, com tantas informações e, conseqüentemente, formação de conhecimentos, caberá agora não só identificar as informações, mas, acima de tudo, ter critérios que permitam fazer recortes significativos no conjunto da produção da área, pois existem linhas de orientação diversas, informações de qualidades diversas, interesses de vários níveis, que dificultam o acompanhamento da produção de informações, até mesmo entre especialistas. Esta é uma das principais justificativas para o estudo das linguagens documentárias, tendo como objeto deste estudo os documentos, que são os suportes registrados das informações geradas.

Segundo Lara (2004, p.232),

A denominação Linguagem Documentária (LD), além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (sistemas de classificação enciclopédico ou facetados e tesauros), designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação.

Assim, os conhecimentos afins da Linguagem Documentária, que passam pelo princípio estrutural da organização da linguagem, conhecida como Linguística, a identificação das formas de raciocínio e de organização de conjuntos, a Lógica e a Terminologia, que é a modelagem do conceito e dos sistemas de conceitos, em que glossários e dicionários terminológicos especializados são seus produtos, não são mais exclusivos dos Bibliotecários e Documentalistas, dentro de seus campos de atuação, passando, nos tempos atuais, a integrarem outras áreas, como a Inteligência Artificial, Informática, Linguística, Engenharia, Filosofia, Psicologia e a própria Ciência da Informação, estando hoje todas compreendidas sob o termo Ciências da Cognição.

A linguagem documentária tem como instrumentos auxiliares a Taxonomia, a Ontologia, a Semântica e os Mapas de Conhecimento.

A Taxonomia constituiu uma vez, a ciência de classificar organismos vivos (alfa taxonomia), porém, com o passar dos anos, a palavra foi aplicada em um sentido mais abrangente, podendo aplicar-se à classificação de coisas ou aos princípios subjacentes da classificação. Quase tudo na natureza, como objetos animados, inanimados, lugares e eventos podem ser classificados de acordo com algum esquema taxonômico.

A Ontologia, que é o estudo da existência ou do ser (verbo), é basicamente uma maneira de compreender identidades e grupos, chamados de classes. Na Tecnologia da Informação chamamos de ontologias as classificações de identidades, sejam elas informação ou matéria (objetos no mundo real). As ontologias funcionam de maneira muito parecida com o nosso cérebro, relacionando identidades similares e agrupando-as em classes diferentes.

A Semântica refere-se ao estudo do significado, em todos os sentidos do termo. Opõe-se com frequência à sintaxe, caso em que a primeira se ocupa do que algo significa, enquanto a segunda se debruça sobre as estruturas ou padrões formais do modo como esse algo é expresso.

Os Mapas do Conhecimento, ou *Topic Maps*, são instrumentos para a representação de mapas de conhecimento. Sua estrutura está formalizada como norma na ISO 13250. Grande parte do conhecimento de uma organização pode encontrar-se dispersa em arquivos individuais, pastas ou até mesmo na mente de seus colaboradores, gerando dificuldade para seu acesso e uso, assim, cabe a organização identificar e localizá-los, organizando-os em local de fácil identificação.

A análise documentária não pode se ater a sistemas de classificação rígidos, inflexíveis, em que o universo de conhecimentos preestabelecidos determina o lugar do documento, sem muitas possibilidades de cruzamento.

A linguagem é um instrumento por meio do qual se realiza a mediação entre sistemas ou conjuntos informacionais e usuários. Ou seja, é um instrumento que exerce a função de ponte entre ao menos duas linguagens: a linguagem do sistema e a linguagem do usuário, e para que a linguagem documentária desempenhe o papel de instrumento de comunicação, ela deve reunir qualidades que funcionem como código

inteligível e fonte para a interpretação do sentido; tem que se caracterizar como metalinguagem e incorporar o usuário como integrante do processo.

Segundo Koch (1998 *apud* Cervantes, 2004, p.11), a linguagem pode ser sintetizada com base em três concepções principais:

- 1) *Representação 'espelho' do mundo*: o homem representa o mundo através da linguagem, cabendo à língua representar o seu pensamento e sua visão de mundo.
- 2) *Instrumento 'ferramenta' de comunicação*: a língua é um código em que um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens, com a linguagem cumprindo a função de transmissão de informações.
- 3) *Forma 'lugar' de ação ou interação*: a linguagem é uma atividade, como forma de ação, como lugar de interação, levando à prática de diferentes atitudes por parte dos membros de uma sociedade, possibilitando a criação de vínculos e compromissos até então inexistentes entre esses indivíduos.

Para Guimarães (1990 *apud* CINTRA 2002, p.25), as linguagens documentárias podem ser classificadas (ou hierárquicas) e alfabéticas, quanto à forma de apresentação dos conceitos; e, sob o aspecto da coordenação, podem ser pré ou pós-coordenadas.

Ressalta-se, assim, a prática da linguagem, que, para Cintra (2002, p.27), seria uma tendência natural do homem: compreender, governar e modificar o mundo, através dos diálogos, textos e imagens e de todo o significado que essas formas de linguagem possuem para as pessoas, concordando-se, assim, com o que diz Morin (1999 *apud* CERVANTES, 2004, p.12), quando afirma que "a linguagem é ao mesmo tempo individual, coletiva e comunitária", reforçando a ideia de que as culturas humanas e as representações trazem sentido à vida humana.

O léxico de uma linguagem natural constitui uma forma de registro do conhecimento humano. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica de forma simultânea. Ao reunir estes mesmos objetos em grupos, identificando as semelhanças e os traços distintivos destes objetos e seres, de modo a individualizá-los, o homem estruturou o mundo ao seu redor, rotulando estas entidades discriminadas. Segundo Biderman (2002, p.13), foi a partir deste processo de nomeação que surgiu o léxico das línguas naturais.

Pode-se considerar o léxico de uma linguagem natural como o patrimônio vocabular de uma comunidade, constituindo-se num tesouro cultural abstrato, que seria, para Biderman (2002, p.14), uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras, não se esquecendo de que as categorias léxicas sofrem variação de língua para língua, e dificilmente dois idiomas diferentes possuem os mesmos tipos categoriais.

A principal diferença entre a linguagem natural e as linguagens documentárias está em suas finalidades e em suas funções. Enquanto a linguagem natural pode ter as mais variadas funções, como função descritiva, estética, social ou de metalinguagem, as linguagens documentárias possuem apenas função descritiva. Segundo Hutchins (1975 *apud* VOGEL, 2007, p.64), enquanto a linguagem natural serve para diversos fins, as linguagens documentárias são construídas para fins específicos.

Para Gardin *et al.* (1968 *apud* CINTRA *et al.*, 2002, p.35), "uma Linguagem Documentária é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações", possibilitando uma melhor comunicação entre usuário e sistema de informação.

Segundo Fujita (1992 *apud* SILVA, 2002, p.30), para existir recuperação da informação desejada é preciso que tanto a linguagem de busca quanto a fonte de informação estejam adequadamente representadas por meio da linguagem documentária.

Muito embora a preocupação com a análise do conteúdo dos documentos exista desde a Antiguidade, o desenvolvimento de uma prática teórica de tratamento documental iniciou-se nas décadas de 1950 e 1960, com a evolução tecnológica e a chegada dos sistemas de informática na área da documentação.

Foi no interior deste processo que surgiram as linguagens documentárias, utilizadas para a representação, o armazenamento e a recuperação da informação. Elas têm a função de possibilitar o acesso do usuário à informação desejada, uma vez que, para Cintra *et al.* (2002, p.34), são sistemas simbólicos constituídos para facilitar a comunicação entre o usuário e o sistema de informação.

Essas linguagens são consideradas como linguagens intermediárias, por se tratar de um recurso muito utilizado para a elaboração de tesouros, sistemas de classificação, descritores, instrumentos importantes para a realização da indexação e representação documentária, pois sua função comunicativa não ultrapassa os limites do contexto documentário. Esses recursos não serão utilizados neste trabalho, pois o objetivo do mesmo é a elaboração de um glossário com os termos técnicos da área socioeconômica, e não fazer a construção de linguagens documentárias, dado que não é função de um glossário efetuar a busca e a recuperação de um documento e, sim, fornecer elementos (definições, características) para esclarecimento de um termo ou conceito.

Desta forma, ressalta-se a importância dos instrumentos terminológicos, especialmente os glossários, como ferramenta de apoio para a construção de tesouros, visto que, segundo Tálamo, Lara e Kobashi (1992 *apud* CERVANTES, 2004, p.48), o tesouro somente exercerá as funções de representação e controle terminológico que lhe são conferidas se for acompanhado de um conjunto de termos específicos da área considerada. E esses termos, poderão ser identificados e compilados a partir de um glossário, uma vez que se trata de um instrumento terminológico que tem como atribuição conter termos de uma área específica.

Fundamentalmente, a terminologia se aplica à comunicação direta, à mediação comunicativa e ao planejamento linguístico. Na área de documentação, a terminologia é essencial para representar o conteúdo dos documentos e para facilitar o acesso a esse conteúdo, por meio de glossários, tesouros e as classificações como inventários terminológicos organizados de acordo com sua temática. Para a linguística, a terminologia é a área que simula o conhecimento, utilizando-se da própria linguística para organizar e facilitar seu processo de trabalho, armazenar a informação terminológica e construir um posto de trabalho terminográfico adequado aos avanços das tecnologias da informação e comunicação.

Em um contexto mais genérico, a terminologia representa o conhecimento técnico-científico especializado de forma organizada, por meio de manuais e glossários, e unifica esse conhecimento sob a forma de normas e

padrões. Sem a terminologia, os especialistas não conseguiriam se comunicar, repassar seus conhecimentos, nem tampouco representar esse conhecimento de forma organizada. Nesse sentido, alguns autores atribuem à terminologia a qualidade de ser a base do pensamento especializado.

Segundo Pavel (2002 *apud* FAULSTICH, 2002, p.15), no Manual de Terminologia, define-a como sendo, em sua primeira acepção, um conjunto de palavras técnicas pertencentes a uma ciência, uma arte, um autor ou um grupo social.

Tomado em um sentido mais restrito e mais especializado, o mesmo termo designa uma "disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade", segundo a mesma autora, no referido manual. A língua comum é aquela que usamos no cotidiano, ao passo que a língua de especialidade é aquela utilizada para proporcionar uma comunicação sem ambiguidade numa área determinada do conhecimento ou da prática, com base num vocabulário e em usos linguísticos específicos desse campo.

Ainda conforme Pavel (2002 *apud* FAULSTICH, 2002, p.15) define que, o terminólogo é um especialista nesta disciplina, da mesma forma que o lexicógrafo o é da lexicografia, que é "a disciplina que se ocupa de compilar e estudar a forma e o significado das palavras de uma dada língua". A afinidade de ambas as disciplinas linguísticas ficou fortalecida, por outro lado, pelo uso recente do termo lexicografia especializada como sinônimo de terminologia.

A terminologia moderna tem como objeto de estudo as unidades terminológicas. Considera-se que os estudos terminológicos surgiram nas primeiras décadas do século XX e têm como pai o engenheiro austríaco Eugen Wüster, que, em suas obras, procurou desenvolver um padrão para o uso dos termos técnico-científicos com o intuito de alcançar a univocidade comunicacional no plano internacional, e, como resultado de seu esforço, surgiu a Teoria Geral da Terminologia (TGT). (KRIEGER e FINATTO, 2004).

Existem diferenças que não são apenas de grafia, no que diz respeito à terminologia, com "t" minúsculo, e Terminologia, com "T" maiúsculo. A primeira, para Santos (2007), é definida como o conjunto de termos especializados de uma ciência, arte ou profissão, e estes termos são utilizados unicamente dentro de uma área de especialidade. Já a Terminologia, escrita com "T" maiúsculo, é a

ciência que, segundo Barbosa (1991 *apud* ANDRADE, 2002, p.192), estuda as relações de significação (expansão e conteúdo) do signo terminológico, o que inclui a complexa dinâmica de criação do signo, a renovação e a ampliação dos universos de discursos terminológicos.

Na norma ISO 1087 (2000), utiliza-se o termo Ciência da Terminologia, definido como o "estudo científico dos conceitos e dos termos em uso nas línguas de especialidade". O termo terminologia é referido, nesta mesma norma, como "um conjunto de termos representando o sistema de conceitos de um domínio particular". Para Cervantes (2004, p.43), essa definição refere-se à Terminologia em sua parte aplicada.

Em sua teoria, Eugen Wüster considerava a TGT um ramo distinto da ciência, uma área interdisciplinar entre a Linguística, a Ontologia, a Ciência da Informação e as ciências naturais.

Neste contexto, surge a terminologia moderna. Para Fedor de Diego (1995 *apud* CERVANTES, 2004, p.58), a teoria de Wüster era capaz de eliminar as ambiguidades na comunicação teórica e científica, contribuindo para o estabelecimento da Teoria Geral da Terminologia.

Os estudos de Eugen Wüster serviram como base e fundamento para muitas pesquisas terminológicas de sua época e são, até hoje, importantes para a terminologia. Ela contribuiu também para o surgimento de outras escolas importantes na Europa e na América. Segundo Fedor de Diego (1995 *apud* CERVANTES, 2004, p.40), as escolas que conseguiram maior destaque foram a Escola de Terminologia de Viena, Escola de Terminologia de Moscou e a Escola de Linguística Funcional de Praga. Para Cervantes (2004, p.41), os trabalhos produzidos por estas três Escolas colaboraram para a disseminação dos princípios da terminologia em diversos países, que começaram a se preocupar com a questão das linguagens de especialidade.

No Brasil, as pesquisas sobre terminologia ganharam impulso no final da década de 1980 quando a Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPLL) incluiu a Terminologia no Grupo de Trabalho de Lexicografia e Lexicologia, desenvolvendo as pesquisas terminológicas em várias universidades do País. Em 1992, foi criada a Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia

com o apoio da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), fato esse que faz as pesquisas terminológicas, segundo Mello (2002 *apud* CERVANTES, 2004, p.42), se consolidarem e receberem novo impulso de divulgar e difundir esse estudo.

Hoje, mais do que nunca, a terminologia está se consolidando como disciplina necessária às várias áreas do conhecimento, tornando-se uma área interdisciplinar. Além disso, seus produtos são utilizados como ferramentas para tradução, para leitura e produção de textos especializados.

A terminologia engloba um conjunto de disciplinas que, devido a seus propósitos, são correlatas, tais como a lexicografia e a terminografia. Contudo, estas se diferenciam, seja pelos seus objetos de estudo, seja pela metodologia adotada. Os estudos lexicográficos estão voltados para questões do léxico comum de uma língua, sendo relacionadas assim ao estudo e à montagem de dicionários. Já a terminografia, também conhecida como lexicografia especializada, está focada na análise dos termos relativos a uma linguagem especializada, que pode ser uma disciplina, uma ciência, uma técnica, e tem como objetivo final a produção de banco de dados de uma área específica do conhecimento e de glossários, dicionários técnicos ou terminológicos.

Os glossários se caracterizam por serem listas de termos técnicos ou científicos de alguma especialidade, ordenadas alfabeticamente, providas de definições. Podem ser monolíngues, bilíngues e multilíngues. Conforme Krieger e Finatto (2004), os glossários se diferenciam dos dicionários por estes possuírem uma pretensão exaustiva de coleta de termos, conferindo-lhe, dessa forma, um caráter mais pedagógico aos glossários.

Além disso, o uso de glossários vem se mostrando uma eficiente ferramenta que auxilia a sistematizar o conhecimento da área, ao mesmo tempo em que possibilita a difusão. Por isso, nosso estudo se caracteriza como estudo lexicográfico especializado terminográfico, cujo intuito é desenvolver um glossário contendo alguns dos termos utilizados em português, em nossa área de atuação.

A partir dessas informações, passa-se a delimitar a Pesquisa Terminológica Temática.

Segundo Rondeau (1984, p.64), o conceito de pesquisa terminológica é o conjunto de operações que compreende a coleta, tratamento e difusão de dados terminológicos. As pesquisas terminológicas podem ser do tipo pontual monolíngue/plurilíngue ou pode ser temática monolíngue/plurilíngue, e, para Cervantes (2004, p.78), cabe destacar que tanto a pesquisa pontual como a pesquisa temática possuem metodologias próprias de pesquisa que devem ser consideradas na realização do trabalho terminológico.

Para a realização da pesquisa terminológica, é de fundamental importância seguir as recomendações e propostas da terminografia.

Rondeau (1984 *apud* SANTOS *et al.*, 2006, p.4), observou diversas pesquisas terminológicas temáticas desenvolvidas por diversos grupos e sugeriu um conjunto de etapas de desenvolvimento de trabalhos terminológicos.

Faz-se necessário saber se o tema da pesquisa terminológica temática é uma área, um domínio ou um subdomínio. Por esta razão, será utilizada a norma ISO 1087 (2000), para difundir estes termos:

- Área: parte do saber cujos limites são determinados a partir de um ponto de vista científico ou técnico;
- Domínio: subconjunto de uma área, determinado por um sistema de conceitos;
- Subdomínio: cada um dos subconjuntos de um domínio.

As etapas da pesquisa terminológica são estas:

1. escolha do domínio e da língua de trabalho;
2. delimitação do subdomínio;
3. consulta a especialistas do subdomínio;
4. coleta do *corpus* do trabalho terminológico;
5. estabelecimento da árvore de domínio;
6. expansão da representação do domínio escolhido;
7. estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática;
8. coleta e classificação de termos;
9. verificação e classificação da noção/denominação;
10. trabalhos de apresentação de dados terminológicos .

A **Escolha do domínio e da língua de trabalho** geralmente é estabelecida em função das necessidades dos usuários.

Para a **Delimitação do subdomínio** recomenda-se não desenvolver uma pesquisa terminológica sobre um domínio completo, por um lado devido à complexidade e amplitude que supõe tal tarefa e, por outro, porque em grande parte do tempo um domínio compreende não somente uma rede nocional que lhe é própria, mas também numerosas redes nocionais conexas.

Na etapa da **Consulta a especialistas do subdomínio**, a função do especialista do subdomínio consiste essencialmente em auxiliar o pesquisador na delimitação do subdomínio e em orientá-lo quanto à escolha do *corpus* do trabalho terminológico.

Na **Coleta do corpus do trabalho terminológico**, devem-se reunir os materiais utilizados como fontes que dão origem ao *corpus* do trabalho terminológico, devendo-se respeitar os princípios da atividade terminológica no que tange à confiabilidade e representatividade. Essa etapa da coleta tem a finalidade de reunir os documentos especializados necessários para o desenvolvimento da pesquisa terminológica. Rondeau (1984, p. 50-51), estabelece oito categorias de documentos de conteúdo terminológico, conforme segue:

1. normas internacionais ou nacionais;
2. manuais, catálogos, guias de utilização de produtos, entre outros;
3. livros e revistas especializados; anais de eventos científicos, relatórios de pesquisa, teses, entre outros;
4. vocabulários, *thesaurus*, glossários, léxicos;
5. dicionários gerais e especializados, de língua ou enciclopédicos, enciclopédias, entre outros;
6. bancos de termos, fichários automatizados ou não;
7. consulta a especialistas da área;
8. bibliografias ou listas relacionadas com o domínio.

O **Estabelecimento da árvore de domínio** representa o conjunto nocional que tem a função de situar o campo nocional a ser estudado. Cabe alertar, conforme orienta Cervantes (2004, p.81), que antes de estabelecer a árvore de domínio o pesquisador deverá consultar os seguintes documentos: sistemas de classificação, glossários, entre outros. Ela alerta, ainda, que em alguns domínios esse instrumentos são até abundantes, mas em outros domínios podem não existir.

Na **Expansão da representação do domínio escolhido** é importante o auxílio de especialistas do domínio, para direcionar o trabalho desta etapa e verificar os resultados obtidos em outras etapas.

Para o **Estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática**, em função dos objetivos propostos, da disponibilidade de tempo e de meios financeiros, é necessário traçar um número de termos para o desenvolvimento do trabalho. Pode-se escolher entre um levantamento básico, com uma média de 300 termos, ou um levantamento exaustivo, que pode compilar aproximadamente 2.500 termos.

A fase de **Coleta e classificação de termos**, para Cervantes (2004, p.82), consiste, geralmente, em fazer uma leitura do texto, ressaltando os termos a extrair. O pesquisador necessita possuir algum conhecimento sobre o domínio ou subdomínio abordado e, também, conhecimento metodológico do trabalho terminológico. Segundo a Norma ISO 1087 (2000 *apud* CERVANTES 2004, p.82), o contexto é o enunciado no qual figura o termo estudado ou parte do texto onde ocorre o termo. O contexto tem um papel muito importante no momento da coleta dos termos, pois permite a redução do risco de erros no momento de identificar e recortar uma unidade terminológica.

Para Rondeau (1984, p.80), no momento da identificação e recorte de um contexto alguns aspectos devem ser considerados:

1. o contexto deve ser conciso, mas completo;
2. deve conter a unidade terminológica a ilustrar;
3. deve ser colhido de uma fonte confiável;
4. deve ser definitório ou descritivo a fim de apresentar elementos para a definição do significado do termo;
5. deve colocar em evidência traços semânticos da unidade terminológica;
6. deve ilustrar o comportamento sintático do termo no texto.

Para Rondeau (1984, p.80), existem três tipos de contexto passíveis de uso em uma pesquisa terminológica:

- **Contexto definitório:** fornece dados precisos sobre o conceito do termo estudado;
- **Contexto explicativo:** revela a natureza, o objetivo ou um aspecto do conceito estudado;
- **Contexto associativo:** caracteriza-se pela ausência de descritores significativos do contexto, retomando o termo estudado do campo de aplicação por associação com os termos que interage.

A **Verificação e classificação da noção/denominação** é uma análise sobre o conteúdo do termo, comparando as definições e os contextos ao lugar dessa unidade terminológica na rede nocional do domínio ou do subdomínio.

O **Trabalho de apresentação de dados terminológicos** é a escolha da ficha terminológica que será utilizada para o trabalho de análise terminológica. Como lembra Cervantes (2004, p.86), cada organismo ou mesmo cada pesquisador estabelece sua ficha terminológica de acordo com suas necessidades, tanto é que existem vários modelos de ficha.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (1989, p.78), "o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado do mesmo".

De acordo com esse autor (1989, p.45), pode-se afirmar que, quanto aos objetivos, este estudo é classificado como uma Pesquisa Descritiva, que visa à "descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis", sendo que "uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados".

Quanto à Pesquisa Bibliográfica, Gil (1989, p.71) e à Pesquisa Documental, Gil (1989, p.73) descreve-as como segue: a primeira é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos; já a segunda vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Como o objetivo geral deste projeto é desenvolver um estudo terminológico para a elaboração de glossário de termos técnicos relativos às principais ações e procedimentos no âmbito do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), como um órgão da administração pública estadual do governo do Paraná, visando à valorização, à disseminação e à democratização das informações públicas, entende-se ser este um estudo de caso com característica de pesquisa descritiva, baseada em uma pesquisa bibliográfica e documental.

A metodologia adotada, em vista da delimitação dos objetivos específicos apontados, será a da norma ISO 1087 (2000), por se tratar de uma pesquisa terminológica temática, a qual entende-se ser um conjunto de operações que compreende a coleta, tratamento e difusão dos dados terminológicos baseados nas etapas propostas por Rondeau (1984).

Assim, a escolha do domínio para a realização deste trabalho foi a área da Socioeconomia, sendo a língua portuguesa escolhida para o levantamento e

a conceituação dos termos. Como delimitação do subdomínio, optou-se por tratar das informações pertinentes à Gestão de Informação, à Gestão Documental e à Gestão dos Sistemas de Referências da Instituição, consultando os técnicos e pesquisadores especialistas em cada área dos projetos e atividades desenvolvidas. A coleta do *corpus* do trabalho terminológico terá como base o levantamento das publicações dos projetos e das pesquisas da Instituição, relacionadas com o Projeto de Gestão Documental, a Base de Dados do Estado e o Sistema de Referência de Informações, entre o período de 2000 a 2010, e deve reunir os materiais utilizados como fontes desses projetos. Baseado nos objetivos propostos estabelece-se o limite da pesquisa terminológica temática em uma média de 200 termos técnicos, estabelecendo-se para o levantamento uma ficha terminológica de acordo com as necessidades, bem como entrevistas com os respectivos coordenadores desses projetos.

Para a efetivação desta pesquisa e entrevista com os técnicos responsáveis de cada projeto, elaborou-se uma ficha terminológica para a coleta e a tabulação das informações e conceituação dos termos técnicos, quando identificados.

MODELO DA FICHA TERMINOLÓGICA A SER APLICADA NAS ENTREVISTAS

Ficha:
Área Temática:
Sub-Área Temática:
Indicador de língua:
Termo:
Definição/Conceito:
Instituição:
Diretoria:
Setor/Núcleo:
Projeto/Atividade:
Prova Textual:
Nome do Entrevistado:
Cargo/Função:
Data:

6 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, explanam-se a análise e apresentação dos resultados, sendo sistematizada em uma análise dos projetos pesquisados, a entrevista com os coordenadores desses projetos identificando os termos técnicos e elaboração das fichas terminológicas e a apresentação de um glossário dos termos técnicos.

Dos projetos propostos a pesquisar a Base de Dados do Estado – BDEweb é um sistema de armazenamento de dados estatísticos socioeconômicos, dispostos conforme a sua periodicidade e sua série histórica, representando os 399 municípios do estado, agregando-se na totalidade à situação do Estado do Paraná, gerando assim, diversas informações. O Sistema de Referência de Informações apresenta a forma descritiva dos projetos, programas ou atividades dos diversos órgãos da administração pública estadual, que gerem informações de caráter estatístico a fim de subsidiarem ações, acompanhamentos, avaliações e novos projetos, os termos identificados compõem a definição e a função da atividade. O Projeto Gestão Documental, baseia-se em normas, procedimentos e manuais de referência de informações, procedendo ao tratamento do acervo documental produzido em todas as áreas do Instituto.

Nas entrevistas com os coordenadores desses projetos, identificou-se a seguinte situação. A Base de Dados do Estado apresenta o dado bruto e suas ocorrências, considerando-se de difícil conceituação; o Sistema de Referência de Informações é um banco de informações descritivas dos projetos e o Projeto Gestão Documental, segue uma orientação baseada em procedimentos e termos de classificação documental, de fácil conceituação.

A compilação dos termos presentes neste estudo foi realizada por meio das entrevistas com os técnicos e pesquisadores, no estudo dos projetos, na leitura das publicações específicas da área, em glossários e periódicos específicos, fazendo-se, posteriormente a coleta dos termos entre os de maior incidência nestas obras elaborando as fichas terminológicas, apresentadas algumas no Apêndice B e 3, bem como a relação de publicações do Instituto, elaboradas pela equipe do Setor de Documentação, a qual coordenei, no Apêndice A.

Cabe salientar que este trabalho ainda está sendo realizado, por isso a pesquisa feita para a definição de cada termo está em processo de desenvolvimento.

Os termos encontram-se dispostos em ordem alfabética, em língua portuguesa.

6.1 GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Administração de Arquivos: Direção, supervisão, coordenação, organização e controle das atividades de um arquivo. Também chamada gestão de arquivos.

Altitude da sede do município: Distância vertical entre um nível de referência, geralmente o nível médio do mar, e o ponto onde se encontra a sede do município.

Amostragem: Técnica de seleção em que, de um dado conjunto de documentos, elege-se um subconjunto representativo do todo.

Área colhida: É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida é, no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada etc.), patogênica ou econômica. Para culturas temporárias de longa duração, a área colhida corresponde à produção realizada no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes, a área colhida corresponde à área ocupada com pés produzidos no ano-base do levantamento.

Área municipal: É o cálculo do espaço geográfico no qual a circunscrição administrativa está inserida.

ARIE: A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

Armazenamento de Dados: Guarda de documentos e informações em meio eletrônico.

Arquivamento: Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à guarda ordenada de documentos.

Arquivo: Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

Arquivo Administrativo: Arquivo com predominância de documentos decorrentes do exercício das atividades-meio de uma instituição ou unidade administrativa. Expressão usada em oposição a arquivo técnico.

Arquivo Central: Arquivo responsável pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos de uma administração, podendo ou não assumir a centralização do armazenamento. Também chamado arquivo geral.

Arquivo Corrente: Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração.

Arquivo Intermediário: Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação.

Arquivo Permanente: Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. Também chamado arquivo histórico.

Arquivo Técnico: Arquivo com predominância de documentos decorrentes do exercício das atividades-fim de uma instituição ou unidade administrativa.

Arquivologia: Disciplina que estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística.

Atividade-Fim: Atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição. Também chamada atividade finalística.

Atividade-Meio: Atividade que dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição. Também chamada atividade mantenedora.

Avaliação: Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.

Bacia Hidrográfica: Conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. A ideia de bacia hidrográfica está associada à noção da existência de nascentes, divisores de águas e características dos cursos de água, principais e secundários, denominados afluentes e subafluentes.

Backup: Cópia de segurança em meio eletrônico.

Banco de Dados: Conjunto de dados relacionados entre si, estruturados em forma de base de dados, gerenciado por programa específico.

Base de Dados: Conjunto de dados estruturados, processados eletronicamente, e organizados de acordo com uma sequência lógica que permite o acesso a eles de forma direta, por meio de programas de aplicação.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED): Criado através da Lei 4.923 de 23/12/1965 institui a obrigatoriedade das informações de admissões, demissões e transferências. A periodicidade do CAGED é mensal e foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e dispensa dos trabalhadores regidos pela CLT.

Censo de Arquivos: Levantamento oficial, em geral periódico, dos arquivos de um determinado universo, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos.

Centro de Documentação: Instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações.

Centro de Informação: Instituição ou serviço responsável pela centralização e disseminação de informações.

Centro de Referência: Instituição ou serviço responsável pela orientação de usuários quanto à localização e ao acesso a informações.

Chefe do domicílio (ou chefe da família, ou pessoa responsável pelo domicílio): No início da década de 1990, as pesquisas domiciliares do IBGE passaram a utilizar o termo "pessoa responsável", a partir da qual seria verificada a relação entre os moradores do domicílio e observadas às estruturas familiares. A pessoa responsável pelo domicílio é aquela reconhecida como tal pelos demais moradores.

Ciclo Vital dos Documentos: Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação.

Ciência da Informação: Disciplina que estuda a teoria e a prática da geração, processamento e disseminação da informação.

Classe: Primeira divisão de um plano de classificação ou de um código de classificação.

Classificação: Organização dos documentos de um arquivo ou coleção de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.

Cobertura vacinal: Percentual de crianças menores de um ano de idade imunizadas com vacinas específicas, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Código: Conjunto de símbolos, normalmente letras e/ou números, que, mediante uma convenção, representam dados.

Código de Classificação: Código derivado de um plano de classificação.

Código de Referência: Código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) destinado a identificar qualquer unidade de descrição.

Coefficiente de mortalidade geral: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Coefficiente de mortalidade infantil (Taxa de mortalidade infantil): Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Coefficiente de mortalidade materna (Taxa de mortalidade materna, razão de mortalidade materna): Número de óbitos maternos, por 100.000 nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos. O número de nascidos vivos é adotado como uma aproximação do total de mulheres grávidas. O conceito de morte materna é o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde.

Comissão de Avaliação e Destinação: Grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade.

Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM): A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, estabelecida pela constituição de 1988, em seu Art. 20 § 1.º, é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.

Condição na família: Classificação dos componentes da família quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge. "Pessoa de referência" é aquela responsável pela família ou assim considerada pelos demais membros; "cônjuge" é a pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da família, existindo ou não vínculo matrimonial; "filho" é considerado aquele que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge; "outro parente" corresponde à pessoa que tem qualquer grau de parentesco com a pessoa de referência da família ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; "agregado" refere-se à pessoa que não é parente da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação à família; "pensionista" consiste na pessoa que não é parente da pessoa de referência da família ou do seu cônjuge e paga pela sua hospedagem ou alimentação à família; "empregado doméstico" é a pessoa que presta serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da família; "parente do empregado doméstico" trata-se da pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviços domésticos remunerados a membro(s) da família. Para efeito de divulgação, os agregados, pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos constituem o grupo denominado "sem parentesco".

Conservação: Promoção da preservação e da restauração dos documentos.

Corrente de comércio: É o resultado da soma das exportações com as importações e representa o total de comércio transacionado por um país com o exterior.

Crédito rural: São as diversas modalidades de crédito concedidas ao Setor Primário ou Agroindustrial, com base em normas específicas do Banco Central e utilizando recursos oriundos de fontes oficiais ou da exigibilidade (percentual definido pela autoridade monetária) dos depósitos à vista captados pelo sistema bancário e obrigatoriamente aplicados no setor primário.

Dado: Representação de todo e qualquer elemento de conteúdo cognitivo, passível de ser comunicada, processada e interpretada de forma manual ou automática.

Data de instalação do Município: Data em que o município foi instalado, independentemente da data de criação do mesmo, que é através de decreto, lei ou decreto-lei.

Densidade demográfica: É o quociente entre a contagem da população residente em 01/04/2007 (para os municípios com mais de 170.000 habitantes, não houve contagem da população e nesses casos foi considerada a estimativa na mesma data) e a área terrestre, expresso em habitantes por km².

Dependência administrativa: Significa o âmbito de subordinação administrativa da escola, que pode ser: federal, estadual, municipal ou particular.

Descrição: Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.

Despesas correntes: São as despesas relativas à operação e ao funcionamento da administração pública, e subdividem-se em pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes.

Despesas correntes municipais – juros e encargos da dívida: Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Despesas correntes municipais – outras despesas correntes: Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, despesas com a contratação temporária para atender a necessidades de interesse público, quando não se referir à substituição de servidores do plano de cargos do quadro de pessoal, além de outras despesas da categoria econômica "despesas correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesas.

Despesas correntes municipais – pessoal e encargos sociais: Despesas de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento de proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, e outros benefícios assistenciais classificáveis nesse grupo de despesa.

Despesas de capital: Classificam-se nesta categoria todas as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de capital municipais: amortização da dívida: Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Despesas de capital municipais: inversões financeiras: Despesas com aquisição de imóveis ou outros bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos de capital já integralizado; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros; e aquisição de títulos de crédito.

Despesas de capital municipais: investimentos: Despesas com planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis e outros bens considerados necessários à realização das mesmas; despesas com a aquisição de instalações, equipamentos e materiais permanentes; despesas que resultem em valorização de um bem público, tais como aquelas de reconstrução e reinvestimento; despesas que se destinem a programas de fomento econômico, que permitam a geração de renda e que sejam empregadas para obter nova produção.

Despesas municipais por função: Despesas nos municípios nas seguintes atividades: legislativa, judiciária, essencial à justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, relações exteriores, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, indústria, comércio e serviços, comunicações, energia, transporte, desporto e lazer, e encargos especiais.

Destinação: Decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação.

Digitalização: Processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner.

Disseminação da Informação: Fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação.

Distritos: São as unidades administrativas dos municípios. Têm sua criação norteadas pelas Leis Orgânicas dos Municípios.

Documentação: Conjunto de documentos. Ato ou serviço de coleta, processamento técnico e disseminação de informações e documentos.

Domicílio: Local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam, na data de referência da pesquisa, servindo de moradia. Os domicílios classificam-se como coletivo e particular.

Domicílio coletivo: Moradia onde prevalece o cumprimento de normas administrativas: conventos, hotéis e similares, quartéis ou postos militares, internatos, asilos, canteiros de obras etc.

Domicílio particular: Moradia de uma, duas ou, no máximo, cinco famílias, mesmo que localizada em estabelecimento industrial, comercial etc., inclusive o prédio em construção onde residem até cinco pessoas, embora sem laço de parentesco e/ou dependência doméstica. O domicílio particular é classificado em permanente – construído para fim residencial (casa, apartamento e cômodo) – e improvisado – não construído para fim residencial, mas servindo de moradia na data de referência da pesquisa, tal como o localizado em unidade (loja, fábrica etc.), que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia, prédios em construção servindo

de moradia a pessoal de obra, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc.

Domicílio particular improvisado: Domicílio localizado em unidade não-residencial – loja, fábrica etc. – que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador(es). Também foram considerados como domicílios particulares improvisados prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, trailers, grutas, aqueles situados sob pontes, viadutos etc., que estavam servindo de moradia.

Domicílio particular permanente: Domicílio que foi construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Foram também considerados domicílios particulares permanentes em estabelecimentos institucionais – como hospitais, leprosários, asilos, mosteiros, quartéis, escolas, prisões e assemelhados – aqueles localizados em edificações independentes e que: estavam ocupados por famílias cujos membros, um ou mais, eram empregados ou donos do estabelecimento; estavam ocupados por famílias cujos membros, um ou mais, faziam parte ou não da instituição, como nos leprosários, colônias correcionais etc.; e que estavam ocupados por famílias cujos membros, um ou mais, faziam parte ou não de estabelecimentos ou zonas militares.

Dormitório: Quarto ou qualquer outra dependência do domicílio particular permanente que estivesse servindo de dormitório aos moradores na data de referência.

Edital de Ciência de Eliminação: Ato publicado em periódicos oficiais que tem por objetivo anunciar e tornar pública a eliminação.

Educação de jovens e adultos (EJA): Destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria. É organizada em cursos e exames supletivos, habilitando o aluno/ candidato ao prosseguimento de seus estudos em caráter regular.

Educação infantil: Primeira etapa da Educação Básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. A educação infantil é oferecida em creches ou entidades equivalentes e pré-escolas.

Educação profissional: É aquela integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, que conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. A educação profissional possui organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de modo concomitante ou sequencial a este.

Educação superior: Abrange os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; graduação,

aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo; pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, aberto a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; extensão, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Eleitor: Pessoa a quem se atribui a aptidão de participar da escolha de uma pessoa para exercer um cargo público.

Eliminação: Destruição de documentos que, na avaliação, foram considerados sem valor permanente. Também chamada expurgo de documentos.

Emigrante de data fixa: É o indivíduo que informou, na pesquisa censitária de 2000, que residia na localidade em estudo em 1995, mas na data do censo residia em outro local.

Energia Elétrica (comercial, serviços e outras atividades): Fornecimento para unidade consumidora em que seja exercida atividade comercial ou de prestação de serviços, ressalvado o disposto no inciso VII deste artigo, ou outra atividade não prevista nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto de edificações com predominância de unidades consumidoras não residenciais.

Energia Elétrica (industrial): Fornecimento para unidade consumidora em que seja exercida atividade industrial, inclusive o transporte de matéria-prima, insumo ou produto resultante do seu processamento, caracterizado como atividade de suporte e sem fim econômico próprio, desde que realizado de forma integrada fisicamente à unidade consumidora industrial.

Energia Elétrica (residencial): São alocados nessa categoria os consumidores que utilizam a energia elétrica para fins residenciais, salvo aqueles situados em propriedade rural na qual seja desenvolvida atividade agropecuária com objetivo econômico. Inclui-se o fornecimento para uso comum de prédios e conjuntos com predominância de unidades consumidoras residenciais.

Ensino Fundamental: Nível de ensino obrigatório (e gratuito na escola pública), com duração entre oito e nove anos, podendo ser organizado em séries, ciclos ou disciplinas. Tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O Ensino

Fundamental é presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

Ensino Médio: Nível de ensino com duração mínima de três anos. Trata-se da etapa final da educação básica. Tem por finalidades: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Ensino Pré-escolar: Modalidade da Educação Infantil que presta atendimento a crianças com idade de quatro a cinco anos.

Esperança de vida ao nascer: Número médio de anos que se esperaria que um recém-nascido vivesse se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante determinado período.

Estabelecimento (Rais): O levantamento da Rais é feito em nível de estabelecimento empregador. Um estabelecimento empregador é definido como uma unidade que tem um código específico no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI). Mesmo empresas que declaram a Rais de forma centralizada devem fornecer informações separadas para cada estabelecimento. Somente foram considerados os estabelecimentos que apresentaram algum empregado em 31 de dezembro ou que tiveram alguma admissão ou desligamento ao longo do ano.

Estabelecimentos agropecuários: Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda.

Estabelecimentos de ensino: É outra denominação para escola. Não é o mesmo conceito de prédio escolar, já que a mesma escola (estabelecimento) pode funcionar em mais de um prédio (podem existir anexos) e, da mesma forma, em um prédio pode funcionar mais de uma escola.

Extração de minerais: Consiste na extração de minério de ferro, metais preciosos, metais não-ferrosos (bauxita, cobre, cassiterita e manganês), sintetização ou polonização de minerais metálicos, extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes para elaboração de outros produtos químicos, extração de pedras e outros materiais para construção, como também na extração de sal, de

pedras preciosas e semipreciosas, de outros minerais não-metálicos, de petróleo, gás natural e combustíveis minerais de carvão-de-pedra, xisto betuminoso e outros combustíveis, extração de gesso e minerais radioativos (urânio, tório e areia monazítica).

Família: Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo).

Financiamentos (Censo Agropecuário 1995-1996, Previsão e Acompanhamento de Safras 1996-2000): Financiamentos obtidos para as atividades agropecuárias, classificados segundo a finalidade em: custeio – quando aplicados, no todo ou em parte; na aquisição de bens de consumo imediato (compra de sementes, vacinas, adubos, inseticidas, fungicidas, medicamentos, pintos de um dia etc.), ou no pagamento de serviços e tarefas executadas por mão-de-obra contratada ou empregada pelo estabelecimento; investimento – quando aplicados, no todo ou em parte, na aquisição de bens duráveis destinados a uma finalidade produtiva, como compra de terras, animais, máquinas ou instrumentos agrários, formação de culturas (permanentes ou silvicultura), construção de prédios residenciais, recreativos e assistenciais, construção de silos, cercas, estábulos e outras benfeitorias; e comercialização – quando obtidos e aplicados, no todo ou em parte, para garantir a comercialização das produções do estabelecimento (garantia de compra de produção pelo governo através do preço base fixado para produto agrícola - EGF).

Funções docentes: O Censo Escolar tem como unidade básica de coleta a escola. Nesse levantamento, a escola informa quantos professores estão atuando em sala de aula, podendo estes atuar em outras escolas. Da mesma forma, dentro de uma escola, um mesmo professor pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino. Por essa razão, o uso do termo "função docente". Anteriormente, denominava-se corpo docente.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): É um fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente. A implantação do FUNDEB foi iniciada em 1º de janeiro de 2007 e está sendo realizada de forma gradual, alcançando a plenitude em 2009, quando o Fundo estará funcionando

com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem terão alcançado o patamar de 20% de contribuição.

Fundos de participação: 1) Recursos recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios, por sua participação estabelecida na Constituição e em Lei, na arrecadação de tributos federais; 2) mecanismo compensatório em favor dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotado por ocasião da reforma tributária de 1965, que centralizou os impostos de maior grau de elasticidade (IR e IPI) na esfera de competência da União. A Constituição de 1988 determinou que, a partir de 1993, 44% do produto arrecadado mediante o IR e o IPI sejam destinados aos fundos da seguinte forma: 21,5%, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; e 22,5%, ao Fundo de Participação dos Municípios.

Gênero Documental: Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos microográficos, documentos textuais.

Gestão da Informação: Administração do uso e circulação da informação, com base na teoria ou ciência da informação.

Gestão de Documentos: Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos.

Grau de urbanização: É o quociente entre a população urbana e a população total, expresso em percentual.

Grupos de idade: Agrupamentos quinquenais ou decenais de idade média dos indivíduos em anos completos na data de pesquisa.

Identificação: Processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual.

Indexação: Processo pelo qual documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação.

Índice: Relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização.

Índice de Gini: Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de zero, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a

desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Índice de Idosos: Mede a relação entre o número de pessoas idosas (65 anos e mais) e o número de pessoas nos grupos etários mais jovens (menores de 15 anos de idade).

Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM): O índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) tem por objetivo medir o desempenho dos municípios paranaenses no tocante aos mais importantes indicadores de emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde. Os indicadores e os respectivos pesos para cada dimensão são: 1º) Emprego, Renda e Produção Agropecuária - salário médio (47%); emprego formal (45%) e renda agropecuária (8%); 2º) Educação - atendimento à educação infantil (20%); percentual de docentes com curso superior (15%); número médio diário de horas-aula (15%); taxa de não distorção idade-série (10%); taxa de não abandono (15%) e média do índice de desenvolvimento da educação básica (25%); 3º) Saúde - percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo (33,3%); percentual de óbitos por causas mal definidas (33,3%) e percentuais de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos (33,3%). O índice final considera com igual ponderação as três dimensões: emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde.

Informação: Elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contida num documento.

Instrumento de pesquisa: Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes.

Inventário: Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.

Inversões financeiras: São as dotações destinadas a: aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; constituição ou aumento de capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Investimentos: São as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e para a constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

IPDM - Educação: O índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) tem por objetivo medir o desempenho dos municípios paranaenses no tocante aos mais importantes indicadores de emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde. Para a dimensão Educação foram considerados os seguintes pesos: a) atendimento à educação infantil (20%); b) percentual de docentes com curso superior (15%); c) número médio diário de horas-aula (15%); d) taxa de não distorção idade-série (10%); e) taxa de não abandono (15%) e f) média do índice de desenvolvimento da educação básica (25%).

IPDM - Emprego, Renda e Produção Agropecuária: O índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) tem por objetivo medir o desempenho dos municípios paranaenses no tocante aos mais importantes indicadores de emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde. Para a dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária foram considerados os seguintes pesos: a) salário médio (47%); b) emprego formal (45%) e c) renda agropecuária (8%).

IPDM - Saúde: O índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) tem por objetivo medir o desempenho dos municípios paranaenses no tocante aos mais importantes indicadores de emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde. Para a dimensão Saúde foram considerados os seguintes pesos: a) percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo (33,3%); b) percentual de óbitos por causas mal definidas (33,3%) e c) percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos (33,3%).

Item Documental: Menor unidade documental, intelectualmente indivisível, integrante de dossiês ou processos.

Latitude da sede do município: É a distância medida em graus entre a sede do município e a linha do Equador.

Listagem de Eliminação: Relação de documentos cuja eliminação foi autorizada por autoridade competente. Também chamada lista de eliminação.

Listagem Descritiva do Acervo: Relação elaborada com o objetivo de controlar a entrada de documentos em arquivos intermediários e em arquivos permanentes.

Longitude da sede dos municípios: É a distância medida em graus da sede do município em relação ao Meridiano Inicial de Greenwich.

Matrícula inicial: Número de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola na série k, no ano t, no Dia Nacional do Censo Escolar (instituído pela Portaria n.o 1.496, de 6 de dezembro de 1995, correspondente à última quarta-feira do mês de março do ano t).

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, na idade própria. É organizada em cursos e exames supletivos, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de seus estudos em caráter regular.

Matrículas na Educação Especial: É uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino ou em escolas especializadas, para educandos portadores de necessidades especiais.

Matrículas na EJA, na Educação Profissional Integrada a EJA (PROEJA): Destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, na idade própria, na educação profissional integrada a EJA (PROEJA). É organizada em cursos e exames supletivos, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de seus estudos em caráter regular.

Matrículas na EJA, na Formação Inicial e Continuada (FIC): Destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, na idade própria, na formação inicial continuada. É organizada em cursos e exames supletivos, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de seus estudos em caráter regular.

Matrículas no Ensino Regular: Número de alunos matriculados e efetivamente frequentando o ensino regular (creche, pré-escola, fundamental, médio ou profissional).

Metadados: Dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender e/ou preservar outros dados ao longo do tempo.

Método de Arquivamento: Sequência de operações que determina a disposição dos documentos de um arquivo.

Nascido vivo: Entende-se como filho nascido vivo aquele que, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimento de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco etc.), ainda que tenha falecido em seguida.

Notação: Código de identificação que permite a ordenação ou localização das unidades de arquivamento. Também chamado cota.

Óbito: É o desaparecimento definitivo de algum sinal de vida em qualquer momento posterior ao nascimento, ou seja, a cessação das funções vitais sem a possibilidade de ressuscitamento.

Origem do Município – desmembramento: Corresponde ao(s) município(s) que deu(ram) origem ao referido município, pelo desmembramento da área territorial definida por lei, decreto ou decreto-lei.

População economicamente ativa (PEA): É composta pelas pessoas de dez anos ou mais de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

População em idade ativa (PIA): Corresponde a pessoas de dez anos ou mais de idade.

População ocupada (PO): Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.

População residente: Constitui-se pelos moradores em domicílio na data de referência. Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data.

Prazo de Eliminação: Prazo fixado em tabela de temporalidade ao fim do qual os documentos não considerados de valor permanente deverão ser eliminados.

Prazo de Guarda: Prazo, definido na tabela de temporalidade e baseado em estimativas de uso, em que documentos deverão ser mantidos no arquivo corrente ou no arquivo intermediário, ao fim do qual a destinação é efetivada. Também chamado período de retenção ou prazo de retenção.

Prescrição: Extinção de prazos para a aquisição ou perda de direitos contidos nos documentos.

Preservação: Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.

Probabilidade de sobrevivência: Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até a idade especificada se os padrões de mortalidade específicos para os distintos grupos etários prevalentes na época do nascimento permanecerem os mesmos ao longo da vida.

Processamento de Dados: Desempenho sistemático de uma operação ou sequência de operações sobre dados, por um ou mais computadores, para atingir um resultado final desejado.

Processamento Técnico: Expressão utilizada para indicar as atividades de identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos. Também chamado processamento arquivístico, tratamento arquivístico ou tratamento técnico.

Produção Agrícola Municipal: Abrange informações municipais sobre a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção de produtos agrícolas provenientes de culturas temporárias e permanentes.

Produção da extração vegetal e da silvicultura: Inclui informações municipais sobre a quantidade e o valor das produções obtidas mediante a exploração de maciços florestais nativos (extrativismo vegetal) ou provenientes da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).

Produto Interno Bruto (PIB): É o total da riqueza (bens e serviços) gerada por um período de tempo (geralmente de um ano) em um espaço geográfico (país, região, estado ou município).

Produto Interno Bruto a preços correntes: Significa o valor do PIB global expresso em moeda corrente, resultante da multiplicação do valor constante por um índice de preço.

Produto Interno Bruto per capita: Corresponde ao valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município.

Professores em exercício: Corresponde ao total de pessoas em atividades docentes em sala de aula, observando-se que um professor pode lecionar em mais de um grau/modalidade de ensino.

Proteção integral: É um grupo de unidade de conservação que tem como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido o uso indireto de seus recursos naturais.

Quadro de Arranjo: Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes.

Qualidade Arquivística: Propriedades físico-químicas dos suportes que permitem a conservação indefinida dos documentos, observadas as condições adequadas de acondicionamento, armazenamento e climatização.

Rais: A Relação Anual de Informações Sociais tem por objetivo o suprimento das necessidades de controle de atividade trabalhista no País e, ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados pela Rais constituem expressivos insumos para o atendimento às necessidades da legislação da nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/Pasep.

Razão de dependência: Razão entre a população considerada inativa (zero a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Razão de sexo: É a relação entre a população masculina e a feminina expressa em percentual e representa o número de homens para cada 100 mulheres.

Recuperação da Informação: Identificação ou localização da informação desejada.

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): É o sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo, que assegure, por lei, ao servidor titular de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal, entendendo-se como ente federativo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Relação de Recolhimento: Listagem descritiva do acervo adotada em arquivos permanentes.

Relação de Transferência: Listagem descritiva do acervo adotada em arquivos intermediários.

Rendimento médio (agricultura): É a quantidade produzida em quilogramas e dividida pela área colhida em hectares.

Reserva de Contingência: Dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.

Seleção: Separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade.

Sistema de Arquivamento: Conjunto de rotinas, procedimentos e métodos de arquivamento compatíveis entre si, tendo em vista a organização e a preservação de documentos ou arquivos, bem como o acesso às informações neles contidas.

Sistema de Arquivos: Conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns.

Sistema de Gestão de Documentos: Conjunto de procedimentos e operações técnicas cuja interação permite a eficiência e a eficácia na produção, tramitação, uso, avaliação, arquivamento e destinação de documentos.

Sistema de Recuperação da Informação: Conjunto de procedimentos, normalmente automatizados, pelos quais referências ou dados contidos em documentos são indexados e armazenados de maneira tal que possam ser recuperados em resposta a questões específicas.

Situação do Domicílio: A população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios levantados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais etc.).

Tabela de Equivalência: Instrumento que estabelece uma correspondência entre notações diferentes.

Tabela de Temporalidade: Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos.

Taxa Bruta de Natalidade: É o quociente entre o número de nascidos vivos no ano e o número de habitantes atestado para 1º de julho. Expressa o número de nascidos vivos para cada 1.000 habitantes.

Taxa de Abandono: É a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que abandonaram a escola.

Taxa de Analfabetismo: Taxa que indica a porcentagem da população de uma faixa etária que não sabe ler nem escrever um bilhete simples.

Taxa de Analfabetismo Funcional: Percentual de pessoas com menos de 4 anos de estudo.

Taxa de Aprovação: É a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que são aprovados.

Taxa de Escolarização: É aquela que fornece o percentual de alunos matriculados dentro de determinada faixa etária, previsto para o nível de ensino, em relação à população escolarizável dessa mesma faixa. É calculada mediante somatório da matrícula inicial com idade i até a idade x dentro da faixa etária correspondente ao nível de ensino, dividido pela população escolarizável dessa mesma faixa etária.

Taxa de Fecundidade Total: Expressa o número de filhos que, em média, teria uma mulher durante sua vida fértil, se submetida a condições específicas de fecundidade por idade presentes na população.

Taxa de Reprovação: É a proporção de alunos da matrícula total na série k, no ano t, que são reprovados.

Taxa Líquida Migratória: Resulta do quociente entre as trocas líquidas migratórias de data fixa e a população observada ao final do período.

Taxa Média Geométrica de Incremento Anual da População: Taxa que mostra o ritmo estimado de crescimento anual da população em um determinado intervalo de tempo.

Teoria das Três Idades: Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primários e secundários.

Termo de Eliminação: Instrumento do qual consta o registro de informações sobre documentos eliminados após terem cumprido o prazo de guarda.

Termo de Encerramento: Conjunto de informações lançadas ao final de um livro de registro, e que o validam, delas podendo constar o número de folhas, a finalidade, a data e o nome da autoridade validadora.

Termo de Recolhimento: Instrumento legal que define e formaliza o recolhimento de documentos ao arquivo permanente.

Termo de Transferência: Instrumento legal que define e formaliza a transferência de documentos para o arquivo intermediário.

Transferência: Passagem de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário.

Transferências Correntes (despesas): São as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Transferências Correntes (receitas): Recursos obtidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta em bens e

serviços. Podem ocorrer em nível intragovernamental e intergovernamental, assim como recebidos de instituições privadas, do exterior e de pessoas. São destinados a atender às despesas classificáveis em despesas correntes.

Transferências de Capital (despesas): São as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços, assim como as dotações para amortização da dívida pública.

Transferências de Capital (receitas): Recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente da contraprestação direta em bens e serviços, e recursos recebidos de instituições privadas, do exterior e de pessoas. São destinados a atender às despesas classificáveis em despesas de capital e podem ocorrer nos âmbitos intragovernamental e intergovernamental.

Unidades de Conservação: Trata-se de espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas judiciais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Uso Potencial dos Solos: Principal utilização dos diversos solos existentes por municípios e indicação das principais culturas potenciais a serem cultivadas.

Valor Adicionado a Preços Básicos: Agropecuária: Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados na agropecuária.

Valor Adicionado a preços básicos: indústria: Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados na indústria.

Valor Adicionado a Preços Básicos: serviços: Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados em serviços.

Valor Adicionado a preços básicos – total: Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados.

Valor Adicionado Fiscal per capita: Corresponde ao valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município.

Valor Administrativo: Valor que um documento possui para a atividade administrativa de uma entidade produtora, na medida em que informa, fundamenta ou prova seus atos.

Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária: O valor bruto nominal da produção, ou seja, a receita bruta de cada produto é resultado da multiplicação

do seu preço médio estadual pela respectiva estimativa de produção de cada município, no ano de referência.

Valor Fiscal: Valor atribuído a documentos ou arquivos para comprovação de operações financeiras ou fiscais.

Valor Informativo: Valor que um documento possui pelas informações nele contidas, independentemente de seu valor probatório.

Valor Legal: Valor que um documento possui perante a lei para comprovar um fato ou constituir um direito.

Valor Permanente: Valor probatório ou valor informativo que justifica a guarda permanente de um documento em um arquivo. Também chamado valor arquivístico ou valor histórico.

Valor Primário: Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais.

Valor Probatório: Valor intrínseco que permite a um documento de arquivo servir de prova legal.

Valor Secundário: Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostrou, dentro de suas limitações, que a Estrutura Organizacional pode ter efeito substancialmente positivo sobre a Gestão do Conhecimento, principalmente quando adotadas as práticas de trabalho com equipes multidisciplinares para a resolução de problemas ou elaboração de projetos de acompanhamento das ações e dos programas de políticas públicas, criando, assim, condições de que todas as fases de um projeto sejam devidamente acompanhadas e documentadas para a sua aplicabilidade e para posterior reestudo. Para que isso se torne uma realidade é necessário que todos os indivíduos, tanto os do corpo técnico como os da administração geral, se envolvam e compartilhem o conhecimento.

Neste estudo de caso, observou-se também, a necessidade da continuidade deste trabalho, pois a disseminação do conhecimento deve ser constante, no sentido de evitarmos novamente a criação de grupos de pessoas em ambiente fechado, o que tolhe os demais do conhecimento e dos procedimentos das práticas e técnicas de implantação de projetos públicos. Deve-se dar continuidade a este projeto, também, pelo fato de que ele não foi devidamente finalizado, conforme as metas estabelecidas, como foram visto na exposição do mesmo. Isto se deve pelas dificuldades e demandas envolvidas, as quais levaram a que se deixassem de lado algumas metas preestabelecidas. É primordial, assim esta continuidade, para que esses procedimentos e técnicas se tornem padrão em todas as atividades de pesquisa e estudo do Instituto.

Quanto à elaboração do Glossário, entende-se ser este de primordial necessidade, pela sua capacidade de disseminação do conhecimento, bem como pela dificuldade de levantamento, pois, em se tratando de uma área socioeconômica, onde vários setores trabalham com diversas questões de interesse governamental e público diverso, existe uma gama muito abrangente desses termos técnicos, a qual deverá ser melhor delimitada.

Sugere-se, também, como uma das metas preestabelecidas, a institucionalização dos mapas de conhecimento, ambiente no qual a transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito torna-se uma realidade.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, N. Rivadávia C. D. de. **Afinal, o que é gestão do conhecimento?** Disponível em: <<http://intranetportal.org.br/wp/2006/06/afinal-o-que-e-gestao-do-conhecimento>>. publicado em 21 de junho de 2006. Acesso em: 2010.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Presidential committee on information literacy: final report**. Chicago, 1989. 8p. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrlstandards/informationliteracycompetency.htm>> Acesso em: 02 jul. 2010.
- ANDRADE, M. M. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: _____. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2.ed. Campo Grande: UFMS, 2002.
- ANGELONI, Maria T. **Gestão do conhecimento no Brasil**. Casos, experiências e práticas de empresas públicas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
- AZEVEDO, L. C. S. **Gestão do conhecimento em organizações públicas**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio e Janeiro, 2002. (Coleção Estudos da Cidade).
- BIRDEMAN, Maria T. C. **As ciências do léxico: as ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2.ed. Campo Grande: UFMS, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura, sociedade em rede**, São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 1-A.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba: EBEL; IBQP-PR, 2000.
- CERVANTES, Brígida M. N. **Contribuição para a terminologia do processo de inteligência competitiva**. 2004. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP. São Paulo, 2004.
- CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**. Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.
- CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.
- COELHO, Espartaco M. Gestão do conhecimento como sistema de gestão para o setor público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.55 n.1 e 2, jan./jun. 2004.
- DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**. Porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 2000.
- DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DEAP, Departamento Estadual de Arquivo Público – Governo do Estado do Paraná. **Manual de gestão de documentos do Estado do Paraná**. Curitiba-PR, 2006.

DIAS, Cláudia A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, p.90-92, jan./abr. 2000.

DIAS, Eduardo W.; NAVES, Madalena, M. L. Análise de assunto: teoria e prática. thesaurus. **Estudos Avançados em Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, p.100-117, set./dez. 2003.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p.41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Cien. Cult.** São Paulo, v.58, n.2, p.27-31, abr./jun. 2006.

FAULSTICH, Enilde. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. **TradTerm**, São Paulo, USP, n.7, 2002.

FERNANDES, B. H. R.; FLEURY, M. T. L. e MILLS, J. Construindo o diálogo entre competência, recursos e desempenho organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.46, n.4, 2006.

FUJITA, M. S. L. **Linguagem documentária em ontologia**: uma aplicação do sistema de indexação PRECIS. 1992 (Tese de Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

HOFFMANN, W. A. M. **Gestão do conhecimento**: desafios de aprender. São Carlos, SP: Compacta, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. In: NATIONAL FORUM ON INFORMATION LITERACY, 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>>. Acesso em: maio 2011.

ISO 1087. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Terminology work** – principles and methods: 1087-1. Part 1: theory and application = Travaux terminologiques – vocabulaire., 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KRIEGER Maria da G.; Finatto, Maria J. B. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LARA, Marilda L. G. de. **Linguagem documentária e terminologia**, Campinas: Transinformação, set./dez. 2004.

MARCHIORI, Patrícia Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.2, p.72-79, maio/ago. 2002.

MILNER, E. **Managing information and knowledge in the public sector**. London: Routledge, 2000.

MIRANDA, S. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Revista Ciência e Informação**, Brasília, v.35, n.3, p.99-114, set./dez. 2006.

MIRANDA, S. Identificando competências informacionais. **Revista Ciência e Informação**, Brasília, v.33, n.2, p.112-122, maio/ago. 2004.

NONAKA, I., TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia**. Direção de Terminologia e Normalização. Departamento de Tradução do Governo Canadense, traduzido em português por Enilde Faulstich, 2002.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RESENDE, E. **O livro das competências: desenvolvimento das competências: a melhor autoajuda para pessoas, organizações e sociedade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

RONDEAU, G. **Introduction à la terminologie**. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SANTOS, L. C. dos et al. **Perspectiva terminológica temática trilingue (português-inglês-francês) de termos técnicos em Ciência da Informação**. Londrina, 2007.

SCHLESINGER, Cristina C.B. et al. **Gestão do conhecimento na administração pública**. Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), 2008.

TAKAHASHI, T. (Coord.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

TÁLAMO, M. F. G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1997 (Ensaio APB n.45).

VOGEL, Michely J. M. **A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias**. 2007. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 2007.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. Trad Eric R. R. Heneault. São Paulo: Senac, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDOS
PELO IPARDES POR ANO DE PUBLICAÇÃO

2010

1. Avaliação das oscilações de preços da cesta nutricional em Curitiba - Mar 2009-Mar 2010
2. Indicadores de sustentabilidade ambiental por bacias hidrográficas do Estado do Paraná
3. Nota sobre o comércio exterior na América do Sul

2009

1. A economia paranaense e a sua representatividade no âmbito nacional
2. Cadeia produtiva do turismo no Paraná – cadernos estatísticos
 - Região turística Litoral
 - Região turística Rotas do Pinhão (RMC)
 - Região turística Riquezas do Oeste, Cataratas do Iguaçu e Municípios ao Lago de Itaipu (Oeste)
 - Região turística Campos Gerais
 - Região turística Norte
 - Região turística Corredores das Águas (Noroeste)
 - Região turística Estradas e Caminhos (Centro)
 - Região turística Vales do Iguaçu (Sudoeste)
 - Região turística Terra dos Pinheirais (Centro-Sul)
 - Destinos Indutores (Paranaguá)
 - Destinos Indutores (Foz do Iguaçu)
3. Destinos Indutores (Curitiba)
4. Caracterização socioeconômica da atividade leiteira do Paraná
5. Sumário Executivo
6. Comentários sobre os resultados do REGIC 2007
7. Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas do Estado do Paraná: uma atualização para o ano de 2008
8. Índice IparDES de desempenho municipal - evolução do componente renda e emprego

9. Limites e possibilidades de uso das informações do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal
10. O emprego na área de infraestrutura no estado do Paraná
11. Primeiros resultados do censo agropecuário 2006 - Paraná
12. Projeto de inclusão e desenvolvimento territorial: dinâmica econômica e desigualdades regionais no Paraná
13. Rotas internas de produtos de exportação: o caso da soja
14. Subsídios à implantação de uma miniusina de produção de biodiesel na região sudoeste do Paraná
15. Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades

2008

1. A mulher no mercado de trabalho paranaense
2. Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná
3. Estudo da região turística do Litoral
4. Estudo sobre as regiões turísticas do Estado
5. Síntese do estudo
6. Caracterização socioeconômica da atividade leiteira do Paraná
7. Caracterização socioeconômica e ambiental da área de influência de Telêmaco Borba
8. Características das ocupações na agropecuária paranaense
9. Características dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná
10. Instituições de longa permanência para idosos: caracterização e condições de atendimento - Relatório final
11. - Manual de instrução do pesquisador
12. - Questionário aplicado nas instituições
13. - Questionário aplicado junto aos idosos
14. - Questionário aplicado junto aos profissionais que atuam em ILPIs
15. O crescimento destacado de algumas ocupações no mercado de trabalho paranaense em 2007
16. O emprego formal na indústria de transformação paranaense segundo a intensidade tecnológica - 1995 a 2007
17. Oeste paranaense: o 3.º espaço relevante - especificidades e diversidades
18. - Estudo completo
19. - Síntese do estudo
20. Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do estado do Paraná- 2000

2007

1. As ocupações técnicas de nível médio no mercado de trabalho no Paraná
2. Diagnóstico socioeconômico do Território Caminhos do Tibagi - 1. fase: caracterização global
3. Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu - 1. fase: caracterização global
4. Diagnóstico socioeconômico do Território Centro-Sul - 1. fase: caracterização global
5. Diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro - 1. fase: caracterização global
6. Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro - 1. fase: caracterização global
7. Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira - 1. fase: caracterização global
8. Diagnóstico socioeconômico do Território União da Vitória - 1. fase: caracterização global
9. Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí - 1. fase: caracterização global
10. Dinâmica recente da indústria paranaense: estrutura e emprego
11. Indicadores Ambientais por bacias hidrográficas do estado do Paraná
12. Mapa do Trabalho Infante-Juvenil no Paraná
13. Mapa do Trabalho Infante-Juvenil no Paraná - tabelas
14. Mapa do Trabalho Infante-Juvenil no Paraná - mapas
15. Nível de integração dos municípios à dinâmica metropolitana
16. O Mercado de Orgânicos no Paraná - caracterização e tendências
17. Programa Luz Fraterna - Perfil Socioeconômico dos Beneficiários - Volume 1
18. Programa Luz Fraterna - Plano Amostral, Formulário e Manual de Instrução do Pesquisador para a Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Beneficiários - Volume 2

2006

1. Catálogo das inovações tecnológicas desenvolvidas pela agricultura familiar do Paraná. 72 p.
2. Arranjos produtivos locais do Estado do Paraná: identificação, caracterização e construção de tipologia. 152 p.
3. Referências ambientais e socioeconômicas para uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico – ZEE. 2. ed. rev. 106 p.
4. Censo industrial do arranjo produtivo local de confecções de bonés de Apucarana no Estado do Paraná. 125 p.
5. Os vários Paranas: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional. 42 p.
5. Arranjo produtivo local de instrumentos, equipamentos e aparelhos médico-odonto-hospitalares da Microrregião de Curitiba: estudo de caso. 57 p
7. Arranjo produtivo local de software de Londrina: estudo de caso. 73 p.

- 8 Arranjo produtivo local de confecção do Município de Maringá: estudo de caso. 31 p.
- 9 Arranjo produtivo local de software de Maringá: estudo de caso. 46 p.
- 10 Arranjo produtivo local de malhas, do Município de Imbituva: estudo de caso. 58 p.
- 11 Arranjo produtivo local de moda bebê de Terra Roxa: estudo de caso. 33 p.
- 12 Arranjo produtivo local de louças e porcelanas de Campo Largo: estudo de caso. 30 p.
- 13 APL de produção de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais: estudo de caso. 36 p.
- 14 Arranjo produtivo local de metais sanitários de Loanda e região: estudo de caso. 56 p.
- 15 Caracterização estrutural do APL de móveis do Sudoeste do Paraná: estudo de caso. 27 p.
- 16 Caracterização estrutural do APL de madeira e móveis de Rio Negro: estudo de caso. 65 p.
- 17 Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. 90 p.
- 18 Censo industrial do arranjo produtivo local da madeira de União da Vitória (PR) e Porto União (SC). 106 p.
- 19 Arranjo produtivo local de móveis de metal e sistemas de armazenagem e logística de Ponta Grossa: estudo de caso. 69 p.
- 20 Arranjo produtivo local de software de Pato Branco, Dois Vizinhos e Região Sudoeste: estudo de caso. 30 p.
- 21 Arranjo produtivo local de bonés de Apucarana: nota técnica. 30 p.
- 22 Arranjo produtivo local de madeira e esquadrias de Porto União da Vitória: nota técnica. 26 p.
- 23 Arranjo produtivo local de mandioca da região de Paranavaí-Loanda: nota técnica. 40p.
- 24 Arranjo produtivo local de móveis de Arapongas: nota técnica. 25 p.
- 25 Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte: nota técnica. 29 p.
- 26 Arranjo produtivo local de confecções do Sudoeste: estudo de caso. 24 p.
- 27 Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades rurais pobres. 138 p.
- 28 Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade vilas rurais. 78 p.
- 29 Avaliação final de impacto socioeconômico do subcomponente manejo e conservação dos recursos naturais - fase I. 78 p.
- 30 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - implantação da cultura da uva fina de mesa no município de Uraí. 31 p.
- 31 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - implantação da unidade de processamento de frutas e olerícolas no município de Pato Branco e implantação da cultura do café no município de Santo Antonio do Paraíso. 14 p.
- 32 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - processamento de leite nos municípios de Jacarezinho e Mangueirinha. 51 p.

- 33 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - intensificação da produção de leite em Coronel Vivida, Itapejara do Oeste e Nova Santa Rosa. 51 p.
- 34 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - processamento e armazenamento de acerola no município de Pérola. 27 p.
- 35 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - implantação de *packing-house* de pequeno porte para beneficiamento de citros nos municípios Nova América da Colina e Altônia. 67 p.
- 36 Modernização da agricultura familiar: avaliação final de impacto socioeconômico - implantação da unidade de beneficiamento de café no município de Pitangueiras. 40 p.

2005

- 1 Indicadores intrametropolitanos 2000: diferenças sócioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. 1 CD-ROM
- 2 Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná: etapa 1 – Identificação, mapeamento e construção de tipologia das aglomerações produtivas. 44 p.
- 3 Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico. 49 p.
- 4 Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná: etapa 2 – Pré-seleção das aglomerações produtivas e mapeamento dos ativos institucionais e das ocupações de perfil técnico-científico. 49 p.
- 5 Inovação tecnológica no setor serviços do Paraná: subsídios para uma política pública. 128 p.
- 6 Inovação tecnológica no setor serviços do Paraná: subsídios para uma política pública: sumário executivo. 32 p.
- 7 Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas: plano diretor para a expansão do sistema Cartão Nacional de Saúde no Estado do Paraná. 143 p.
- 8 Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas: plano diretor para a expansão do sistema Cartão Nacional de Saúde no Estado do Paraná: sumário executivo. 19 p.
- 9 Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas: referências para a rediscussão da regionalização em saúde no Estado do Paraná. 189 p.
- 10 Tecnologias adequadas em equipamentos e serviços de saúde para escalas regionalmente diferenciadas: referências para a rediscussão da regionalização em saúde no Estado do Paraná: sumário executivo. 10 p.
- 11 Identificação de gargalos tecnológico na agroindústria paranaense: subsídios para uma política pública. 126 p.

- 12 Identificação de gargalos tecnológico na agroindústria paranaense: subsídios para uma política pública: sumário executivo. 24 p.
- 13 Resultados do Workshop Identificação de Gargalos Tecnológicos na Agroindústria Paranaense, 2004, Curitiba. 129 p.
- 14 Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais: resultados da etapa de prospecção. 75 p.+1 CD-ROM.
- 15 Arranjo automotivo da Região Metropolitana Sul-Curitiba no Estado do Paraná. 202 p.
- 16 Desenvolvimento local e estratégias familiares em vilas rurais selecionadas: resultados da pesquisa de campo: relatório final. 157 p.
- 17 Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública: relatório 1 – Levantamento das demandas tecnológicas e sugestões de diretrizes de políticas públicas. 355 p.
- 18 Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública: levantamento das oportunidades das demandas tecnológicas e sugestões de dittrizes de políticas públicas – sumário executivo. 43 p.
- 19 Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública: relatório 2 – Identificação das inovações tecnológicas desenvolvidas pela agricultura familiar. 107 p.
- 20 Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública: relatório 3 – O processo de inovação tecnológica na indústria de máquinas e equipamentos agrícolas do Paraná. 58 p.
- 21 Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico – ZEE. 158 p.
- 22 Os vários Paraná: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional. 305 p.

2004

- 1 Arranjo produtivo local do vestuário da Região de Umuarama-Cianorte no Estado do Paraná. 75p.
- 2 Atlas das necessidades habitacionais no Paraná. 76 p.
- 3 Projeto Governança Urbana: um estudo sobre Conselhos Municipais da RMC. 34 p.
- 4 Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo. 32 p. + 1 CD-ROM. CD-ROM contém o texto integral dos diagnósticos de cada uma das 10 mesorregiões geográficas do Paraná.
- 5 Arranjo produtivo da mandioca da região de Paranavaí-Loanda no Estado do Paraná. 95 p.
- 6 Atlas das necessidades habitacionais no Paraná: regiões metropolitanas. 155 p.

2003

- 1 Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional: Paraná 2003. 1 CD-ROM.

2. Paraná: diagnóstico social e econômico: sumário executivo. 29 p. + 1 CD-ROM. CD-ROM contém o texto integral do diagnóstico.
3. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná. 41 p.
4. Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico do processamento de leite nos municípios de Jacarezinho e Mangueirinha. 64 p.
5. Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico do processamento de frutas e olerícolas no município de Pato Branco. 43 p.
6. Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico da intensificação da produção de leite em Coronel Vivida, Itapejara do Oeste e Nova Santa Rosa. 69 p.
7. Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90. 95 p.
8. Famílias pobres no Paraná. 55 p.
9. Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos. 92p.
10. Municípios limieiros do Rio Xambrê: presente e futuro. 50 p.
11. Avaliação da sustentabilidade socioeconômica do município de Figueira. 69 p.
12. Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural: análise comparada 2000-2002. 21 p.
13. Vale do Ribeira: referências da dinâmica regional. 21 p.

2002

1. Comunidades rurais pobres: avaliação de impacto socioeconômico – 1.^a etapa. 245 p.
2. Comunidades rurais pobres: avaliação de impacto socioeconômico – 1.^a etapa: relatório síntese. 50p.
3. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional: Paraná 2002. 1 CD-ROM.
4. Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná - 1985-2000. 84 p.
5. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional: Paraná 2002. Ed. rev. e ampl. 1 CD-ROM.
6. Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná - 1985-2000. 1 CD-ROM.
7. A integração comercial da indústria paranaense nos anos noventa. 29 p.
8. Análise da competitividade da cadeia agroindustrial da carne bovina no Estado do Paraná. 255 p.
9. Análise da competitividade da cadeia agroindustrial da carne bovina no Estado do Paraná: sumário executivo. 82 p.

- 10 Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná. Curitiba: 230 p.
- 11 Análise da competitividade da cadeia agroindustrial de carne de frango no Estado do Paraná: sumário executivo. 86 p.
- 12 Análise da competitividade da cadeia agroindustrial da carne suína no Estado do Paraná. 239 p.
- 13 Análise da competitividade da cadeia agroindustrial da carne suína no Estado do Paraná: sumário executivo. 54 p.
- 14 Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico da implantação de unidade de armazenagem/frigorificação e de produção de polpa da acerola madura no município de Pérola. 40 p.
- 15 Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico da implantação da cultura de uva fina de mesa no município de Uraí. 37 p.
- 16 Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico de uma unidade de beneficiamento de café e da implantação de lavouras de café no sistema adensado nos municípios de Pitangueiras e Santo Antônio do Paraíso. 72 p.
- 17 Modernização da agricultura familiar: avaliação de impacto socioeconômico da implantação de paking house de pequeno porte para beneficiamento de citros nos municípios de Nova América da Colina e Altônia. 81 p.
18. Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural na Região Sul: relatório final. 97 p.

2001

- 1 Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná: síntese dos principais resultados da pesquisa de campo. 27 p.
- 2 Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. 150 p.
- 3 Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. 1 CD-ROM.
- 4 Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Conjunto com sete mapas.
- 5 Avaliação de impacto socioeconômico do subcomponente manejo e conservação dos recursos naturais – 1.ª fase. 2 v.
- 6 Avaliação de impacto socioeconômico do subcomponente manejo e conservação dos recursos naturais – 1.ª fase: síntese estadual. 25 p.
- 7 Avaliação de impacto socioeconômico das comunidades rurais pobres : caracterização socioeconômica das comunidades. 98 p.

2000

- 1 Indicadores e mapas temáticos para o planejamento regional. 223 p.
- 2 Paraná – projeção das populações municipais por sexo e idade 2000 a 2010. 69 p.
- 3 Avaliação da atividade Vilas Rurais: síntese estadual e macrorregional. 78 p.

- 4 Redes urbanas regionais: Sul. 206 p.

1999

- 1 Paraná – projeções de população por sexo e idade 1991-2020. 40 p.
- 2 Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural – Região Sul: síntese dos resultados. 16 p.
- 3 Panorama, tendências e competitividade das indústrias de alimentos e de bebidas no Paraná. 67p.
- 4 Panorama, tendências e competitividade das indústrias de alimentos e de bebidas no Paraná: resumo executivo . 26 p.

1997

- 1 Perfil do setor de informática em Curitiba 95/96. 21 p.
- 2 ENCONTRO PARA AVALIAÇÃO DA HABITAT II, 1997, Curitiba. Resultados. 55 p.
- 3 Perguntas e respostas sobre a Agenda 21: um instrumento de planejamento e ação para municípios. 31 p.
- 4 PIB do Paraná 1980-95. 28 p.
- 5 Mapa da pobreza do Paraná. 231 p.
- 6 Dinâmica demográfica da Região Sul: anos 70 e 80. 180 p.
- 7 Sistema de referência de dados: guia de instalação. 1 disquete 3 ½".
- 8 Competitividade e produtividade das algodozeiras e das fiações no Sul-Sudeste do Brasil. 68 p.

1996

- 1 Indicadores analíticos para investimentos públicos: metodologia, uso e informações. 2 disquetes 3 ½".
- 2 Sistema de Referência de Dados - SRD: concepção e operacionalização na Base Pública do Estado. 36 p.
- 3 Participação dos municípios paranaenses na economia do Estado - 1990-93. 51 p.
- 4 Guia para obtenção de documentos e serviços públicos. 58 p.
- 5 Paraná: comércio exterior - exportações 1995. 23 p.
- 6 Avaliação do empenho dos municípios em suas competências no ensino de 1º grau. 2 disquetes 3 ½".
- 7 Avaliação do empenho dos municípios em suas competências no ensino de 1º grau: campos.dbf. 1 disquete 3 ½".
- 8 Avaliação do impacto da municipalização do ensino fundamental no Estado do Paraná. 163 p.
- 9 Sistema da Base de Dados do Estado: ambiente UNIX. 144 p.

10 Perfil do Paraná. 98 p.

1995

- 1 Metodologia da pesquisa de preços e de materiais de construção e salários da mão-de-obra da Região Metropolitana de Curitiba. 59 p.
- 2 Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba. 166p.+11 cartas. Versão revista do trabalho Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba, de 1990.
- 3 Estudo da competitividade do feijão do Sul do Brasil. 71 p.
- 4 Estudo da competitividade do algodão do centro-sul brasileiro. 127 p.
- 5 Sistema de referência de dados. 1 disquete 3 ½".
- 6 Escala de prioridades para investimentos em desenvolvimento urbano. 61 p.
- 3 Indicadores analíticos para investimentos públicos: dados, informações e tabelas. 1 disquete 3½".
- 8 Escala de prioridades para investimentos em desenvolvimento urbano. 2 disquetes 3 ½".
- 9 Indicadores analíticos para investimentos públicos: metodologia, uso e informações. 1 disquete 3 ½".
- 10 Projeto Perfil dos Municípios: proposta metodológica. 40 p.
- 11 Produto interno bruto do Paraná 1980-94: nova metodologia : síntese. 31 p.
- 12 Agrupamento dos municípios paranaenses segundo variáveis sócio-econômicas: uma análise estatística. 57 p.
- 13 Programa Paraná Rural: cartas temáticas de declividade, drenagem e uso potencial do solo do Estado do Paraná. 64 cartas.
- 14 Paraná: comércio exterior - exportações 1994. 18 p.
- 15 ENCONTRO PARANAENSE PARA A HABITAT II: ASSENTAMENTOS HUMANOS PARA O SÉCULO XXI: A CRIAÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO, 1995, Curitiba. Resultados e recomendações. 94 p.
- 16 Produto interno bruto do Paraná 1980-94: nova metodologia. 45 p.

1994

- 1 Paraná: comércio exterior - importações 1990-92. 14 p.
- 2 Paraná: comércio exterior - exportações 1993. 18 p.
- 3 Indicadores analíticos: Paraná. 281 p.
- 4 Política de reconversão: critérios e parâmetros para a formulação de um projeto de reconversão. 170p.
- 5 Gerência e administração de dados e informações: pesquisa técnica. 145 p.
- 6 Processo metodológico e operacional da Pesquisa de Locais de Compra - PLC para Curitiba. 145p.

- 7 Mercado de trabalho do setor agropecuário paranaense: metodologia para pesquisa sistemática do nível de emprego na agropecuária. 112 p.
- 8 Cadastramento de moradores em áreas de risco da Região Metropolitana de Curitiba: PMA-03 do PROSAM - Programa de Saneamento Ambiental. 3 v. Conteúdo: v.1.Caracterização sócioeconômica - v.2.Dados quantitativos - v.3.Metodologia.
- 9 Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Curitiba: plano amostral. 22 p.
- 10 A indústria de suínos no Brasil: um estudo sobre competitividade. 64 p.
- 11 Temas estratégicos para o Paraná. 98 p.
- 12 Metrôpole: Grande Curitiba: teoria e prática. 154 p.
- 13 Metodologia da pesquisa mensal de preços de referência para processos licitatórios pelo setor público estadual. 69 p.
- 14 Séries retrospectivas do Paraná: dados históricos da indústria - 1940-80. 1 disquete 3 ½".
- 15 Análise dos gastos públicos municipais em educação. 50 p.
- 16 A dinâmica da ocupação agrícola do Estado do Paraná: 1975 a 1992. 93 p.
- 17 Competitividade da indústria paranaense: uma análise setorial. 65 p.

1993

- 1 MERCOSUL: informações sócio-econômicas. n.p.
- 2 Avaliação dos instrumentos de coleta e gestão de dados : módulo II: informações municipais. 78 p.
- 3 MERCOSUL: custos FOB e impacto das medidas tributárias na produção agropecuária e agroindustrial. 22p.
- 4 Séries retrospectivas do Paraná: atlas histórico da indústria 1940-80. 124 p. + 5 transparências.
- 5 Séries retrospectivas do Paraná: dados históricos da indústria - 1940-80. 2 v.
- 6 Cobertura florestal e consumo de madeira, lenha e carvão nas microrregiões de Londrina, Maringá e Paranaíba: subsídio para uma política florestal no Estado do Paraná. 44 p.
- 7 Paraná: desempenho macroeconômico. 8 p.
- 8 Paraná: comércio exterior - exportações 1992. 22p.
- 9 Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural : Programa de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas. 115 p.
- 10 Pesquisa de locais de compra para o município de Curitiba: plano de amostragem. 8 p.
- 11 Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA Brasil. 115 p.
- 12 Indicadores analíticos. 2 v. Conteúdo: v.1.Referencial urbano - v.2.Referencial rural.
- 13 Alternativas de agroindustrialização para a Cooperativa Mista do Vale do Ivaí - COPIVA. 97 p.

1992

- 1 Assentamentos rurais no Paraná. 260 p.
- 2 Situação social da população do Paraná nos anos 80. 78 p.
- 3 Indicadores analíticos: recurso de gestão e planejamento: metodologia e operacionalização. 84 p.
- 4 MERCOSUL: custos e incidência tributária na produção agropecuária e agroindustrial. 63 p.
- 5 Avaliação dos instrumentos de coleta e gestão de dados: módulo II. 114 p.
- 6 Paraná: desempenho macroeconômico 1992. 8 p.
- 7 Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL: avaliação do impacto regional, 2.^a fase. 252 p.

1991

- 1 Experiências comunitárias versus programa das microunidades produtivas: um estudo comparativo. 39 p.
- 2 Economia paranaense: desempenho recente e cenários de curto prazo. 26 p.
- 3 Serviços públicos e política de saúde: documento n.1: Saúde na perspectiva do município - planejamento e execução. 79 p.
- 4 Diagnóstico físico-ambiental da Serra do Mar - área sul. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.
- 5 O Paraná no MERCOSUL: análise preliminar de setores mais sensíveis. 69 p.
- 6 Análise do Projeto das Microunidades Produtivas (Projeto de Apoio às Iniciativas Informais). 108 p.
- 7 Estrutura e dinâmica do emprego no terciário paranaense. 167 p.
- 8 Formulação dos instrumentos de coleta e gestão de dados: fase 1 - módulo I. 51 p.
- 9 Serviços públicos e política de saúde: documento n.2: Recursos humanos em saúde no Paraná. 75p.
- 10 Serviços públicos e política de saúde: documento n.3: Indicadores de saúde: mortalidade no Paraná. 153 p.
- 11 Imagens estatísticas do Paraná 1990. 11 7p.

1990

- 1 Avaliação de impacto do Paraná Rural: Subprograma de Manejo e Conservação do Solo - 1.^a fase. 7v. em 10. Conteúdo: v.1.Lista das tabelas com as informações da pesquisa de campo - v.2.Apresentação e procedimentos metodológicos - v.3. Tabelas com informações sobre o perfil sócio-econômico dos produtores pesquisados - v.4, t.1-3.Tabelas com informações sobre manejo e conservação do solo entre os produtores pesquisados - v.5.Tabelas com informações sobre a infra-estrutura de produção entre os produtores pesquisados - v.6, t.1-2.Tabela com informações sobre a produção e comercialização entre os produtores pesquisados - v.7. Tabelas com informações sobre as características dos familiares dos produtores pesquisados.
- 2 Macrozoneamento da APA de Guaraqueçaba. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.
- 3 Mecânica de precisão no Paraná. 85 p.
- 4 Comercialização de alimentos no Paraná. 211 p.

1989

- 1 APA de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. 87 p.
- 2 Resultados eleitorais, Paraná 1945-82. 2.ed. 150 p.
- 3 Zoneamento do litoral paranaense. 175 p.
- 4 Projeção da população residente por situação de domicílio e sexo, segundo faixas etárias: 1981-1990. 10 v. Listagens de computador.
- 5 Acordos Brasil/ Argentina: grupos de interesse e impactos no complexo trigo nacional. 97 p.
- 6 Experiências comunitárias de trabalho: estudo de alguns casos no Paraná. 202 p.
- 7 O Paraná reinventado: política e governo. 196 p.
- 8 Complexo de produção de proteína animal: documento síntese. 147 p.

1988

- 1 Estrutura salarial no mercado de trabalho urbano do Paraná 1981-85. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Listagem.
- 2 Evolução dos principais gêneros da indústria paranaense na década de setenta. 44 p.
- 3 Novos materiais industriais: subsídios para um programa paranaense. 126 p.
- 4 Produto interno bruto do Paraná 1970-87. 66 p.
- 5 Programas sociais na Região Metropolitana de Curitiba: demandas sociais e gastos públicos em habitação, saneamento, saúde e educação. 122 p.
- 6 O setor eletrônico no Paraná. 62 p.

1987

- 1 Agroindustrialização e produção de alimentos. 131 p.
- 2 Algumas questões sobre abastecimento alimentar básico. 34 p.
- 3 Avaliação de experiências comunitárias no Paraná: relatório n.1. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Cadastro.
- 4 Avaliação de experiências comunitárias no Paraná: relatório n.3. 25 p.
- 5 Avaliação do alcance e limites da RAIS e lei 4923/65. 47 p.
- 6 Avaliação do programa de compras comunitárias. 89 p.
- 7 Caracterização sócio-econômica da Colônia Tomás Coelho. 56 p.
- 8 Cenários da economia paranaense 1987-91. 81 p.
- 9 Elementos para uma política de desenvolvimento urbano para o Paraná. 111 p.
- 10 Estrutura da economia paranaense segundo o enfoque de complexos industriais. 62 p.
- 11 Medição do nível de vida da população de Curitiba em 1980. 198 p.

- 12 Modelo operacional de corredores de abastecimento alimentar - COABA: o caso de Curitiba. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Listagem.
- 13 Notas sobre emprego, pobreza e políticas sociais no Brasil: relatório n.2. 55 p.
- 14 O Paraná reinventado: política e governo. 286 p.
- 15 Produto interno bruto do Paraná 1970-85. 17 p.
- 16 Projeção da população dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba 1985 a 2010. Listagens de computador.
- 17 Proposta de zoneamento para a região do litoral paranaense. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.
- 18 Resultados eleitorais no Paraná 1945-82. 173 p.

1986

- 1 Algumas características físicas e cobertura arbórea do Estado do Paraná. 17 p.
- 2 Articulação sócio-econômica e energética do Paraná. 36 p.
- 3 Avaliação da amostra para a pesquisa industrial mensal - produção física no Paraná. 90 p.
- 4 Biotecnologia no Paraná. 119 p.
- 5 Dinâmica do mercado de trabalho urbano no Paraná na década de 80. 70 p.
- 6 Estratégias técnico-econômicas à indústria de processamento de oleaginosas no Estado do Paraná. 277 p.
- 7 Metodologia da projeção da população dos municípios do Paraná por situação de domicílio e sexo, para 1990. 2 v. Conteúdo: v.1.Descrição - v.2.Documentação do processamento eletrônico.
- 8 Programa de Ação Municipal - PRAM: análise preliminar de situação. 105 p.
- 9 A sobrevivência da pequena produção e a oferta de alimentos no Paraná: uma análise integrada. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.

1985

- 1 Abastecimento alimentar básico: formas e fontes de suprimento: resultados finais. 65 p.
- 2 Agroindústria e cooperativas no Paraná. 54 p.
- 3 Algumas considerações sobre a distribuição de renda e a política salarial no Brasil e Paraná. 42 p.
- 4 Caracterização da indústria agroalimentar no Paraná. 50 p.
- 5 Caracterização sócio-econômica do servidor público estadual da Região Metropolitana de Curitiba. 2 v.
- 6 Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. 110 p.
- 7 Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná: texto síntese. 49 p.

- 8 Considerações sobre a situação nutricional da população de baixa renda de Curitiba. 73 p.
- 9 Cooperativas e agroindústrias: estratégia de desenvolvimento e reflexos estruturais. 46 p.
- 10 Cooperativas no Paraná: gestão e participação do quadro social. 55 p.
- 11 Diagnóstico do meio ambiente e recursos naturais do Paraná. 40 p.
- 12 Política de saúde e produção de medicamentos por laboratórios oficiais do Paraná. 103 p.
- 13 Principais equipamentos do sistema de comercialização varejista de alimentos em Curitiba: descrição dos resultados da pesquisa. 103 p.
- 14 Produto Interno Bruto do Paraná 1970-84. 63 p.
- 15 Programa emergencial de emprego e alimentação para o Estado do Paraná. 130 p.

1984

- 1 Abastecimento alimentar básico: formas e fontes de suprimento: os supermercados da cidade de Curitiba; tipificação, infra-estrutura e operação. 34 p.
- 2 Balanço do mercado de trabalho de Foz do Iguaçu: relatório II. 25 p.
- 3 Cadeia voluntária para áreas urbanas de baixa renda: um instrumento para a distribuição subsidiada de alimentos. 38 p.
- 4 A compra de alimentos em Curitiba pela população de baixa renda. 56 p.
- 5 Emprego urgente. 75 p.
- 6 Escolaridade e mercado de trabalho. 19 p.
- 7 Estimativa da renda interna e do índice de produto real do Paraná 1970-83. 25 p.
- 8 Mudança na estrutura do emprego no Paraná. 27 p.
- 9 Municípios paranaenses: projeção da população por situação de domicílio e grupos etários - 1985 e 1990. 167 p.
- 10 Paraná 1990: projeção da população. 35 p.
- 11 As prioridades sociais e as restrições financeiras: o caso do Paraná. 2 v.
- 12 Situação recente do mercado de trabalho formal paranaense. 24 p.
- 13 Uso do solo e cobertura vegetal do Estado do Paraná em 1980. 56 p.
- 14 Balanço da situação social de Foz do Iguaçu: relatório I. 14 p.

1983

- 1 Análise do emprego no Paraná. 203 p.
- 2 Comercialização de feijão e milho no sudoeste do Paraná. 234 p.
- 3 Estimativa da renda interna do Paraná para os anos de 1970 a 1981. 53 p.
- 4 Estudos para uma política de emprego para o Paraná. 139 p.
- 5 Impacto da expansão das culturas voltadas às alternativas energéticas e à exportação sobre a agricultura de alimentos. 2 v.

- 6 As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. 81 p.
- 7 Nova configuração espacial do Paraná. 140 p.
- 8 Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. 272 p.
- 9 Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PRORURAL: avaliação do impacto regional, 1.^a fase. 4 v. em 5. Conteúdo: v.1.Perfil sócio-econômico da região-programa: informações básicas regionais - v.2.Anexo estatístico das informações básicas regionais - v.3.Perfil sócio-econômico da região-programa: análise das unidades produtivas - v.4. t.1 e 2. Anexo estatístico da análise das unidades produtivas.
- 10 Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990. 105 p.
- 11 Pesquisa de oferta de materiais de construção no Estado do Paraná. 2 v. Conteúdo: v.1.Relatório final - v.2.Cadastro de produtores de materiais de construção no Paraná.
- 12 Redefinição do conceito de urbano e rural. 84 p.
- 13 Análise da renda interna do Paraná. 121 p.
- 14 Limites e possibilidades de expansão e integração do parque industrial paranaense : indústria montadora e o parque fornecedor paranaense. 209 p.

1982

- 1 Estudos para a formulação de políticas de desenvolvimento do setor florestal. 3 v. Conteúdo: v.1.e v.2.Texto - v.3.Mapas.
- 2 Paraná: economia e sociedade. 72 p.
- 3 Renda interna do Paraná por microrregiões homogêneas e municípios selecionados - 1970-80. 173 p.
- 4 Subsídios ao plano de governo. 2 v.

1981

- 1 Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (norte) e em região de culturas alimentares (extremo-oeste) no Paraná. 324 p.
- 2 Comercialização do pescado do litoral paranaense. 179 p.
- 3 Estudos para uma política de desenvolvimento industrial no Paraná. 4 v. Conteúdo: v.1.A desconcentração industrial e as perspectivas do Paraná - v.2.Avaliação dos distritos industriais e as potencialidades municipais - v.3.Instrumentos estaduais de apoio à indústria - v.4.Distribuição espacial da indústria paranaense.
- 4 Formação profissional adequada à economia litorânea. 76 p.
- 5 Guaíra: passado, presente e futuro : estudo de alternativas sócio-econômicas. 2 v. Conteúdo: v.1.Diagnóstico sócio-econômico do município de Guaíra e de sua área de influência - v.2.Impactos das obras sobre Guaíra e propostas de ação.
- 6 Impacto ambiental de Itaipu. 3 v. Conteúdo: v.1. e v.2.Texto - v.3.Mapas.

- 7 Padrões e recomendações do uso do solo na Região Metropolitana de Curitiba. 3 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2. e v.3.Mapas.
- 8 Programa básico de turismo para Foz do Iguaçu e Guaíra. 164 p.
- 9 Programa de Apoio às Populações Carentes do Alto e Médio Iguaçu e Alto e Médio Tibagi: 2.ª fase. 4 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2- 4.Mapas.
- 10 Programa de Apoio às Populações Carentes do Alto e Médio Iguaçu: propostas de ação. 51 p.
- 11 Programa de Apoio às Populações Carentes do Alto e Médio Tibagi: propostas de ação. 68 p.
- 12 Renda interna do Paraná. 56 p.
- 13 Viabilidade de aumento no volume de exportação de carga geral pelo Porto de Paranaguá. 97 p.
- 14 Viabilidade de controle de erosão nas praias Brava de Caiobá e Guaratuba. 65 p. Inclui mapas e fotos.
- 15 Viabilidade de reativação de Guaraqueçaba como pólo alternativo de recepção do pescado e dotação de infra-estrutura básica. 97 p.
- 16 Viabilidade de implantação do Jardim Botânico da Região Metropolitana de Curitiba. 53 p.
- 17 Características físicas das ilhas do litoral paranaense. 1 v. de mapas, acompanha nota explicativa.

1980

- 1 Estimativas macroeconômicas do Paraná - 1959 a 1978. 42 p.
- 2 Estudos de localização industrial e desenvolvimento regional no Paraná: indústria metal-mecânica. 259 p.
- 3 Estudo de viabilidade de implantação de Bolsa de Mercadorias no Paraná. 146 p.
- 4 Estudo dos fatores de decisão na implantação de indústrias na Região Metropolitana de Curitiba. 80 p.
- 5 Geoformas e uso agrícola atual: análise através de imagem de satélite. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.
- 6 Modelos de evolução e projeção econômica estadual. 90 p.
- 7 Padrões e normas técnicas para a ocupação e uso do solo no litoral paranaense. 97 p.
- 8 Participação do setor público na economia paranaense: dimensão e estrutura da receita e despesa do setor público estadual. 2 v. Relatório de pesquisa 1.
- 9 Programa de Apoio à População Carente do Litoral: diagnóstico e propostas de ação. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.
- 10 Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira - PRORIBEIRA: diagnóstico e propostas de ação. 153 p.
- 11 Renda interna do Paraná - 1970/1979. 67 p.
- 12 Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná: agricultura 2.ª fase. 2 v.

1979

- 1 Análise da base industrial do Paraná 2.^a fase - complexo madeira: determinação do complexo industrial da madeira para o Paraná por uma metodologia alternativa. 59 p.
- 2 Análise da base industrial do Paraná 2.^a fase - complexo madeira: estimativas referentes à demanda: projeções de tendências; quantificação e alocação espacial no Paraná. 56 p.
- 3 Análise da comercialização, industrialização e mercado do leite. 144 p.
- 4 Análise do setor produtivo do leite: relações entre agricultura e indústria no norte do Paraná. 87 p.
- 5 Diagnóstico agroecológico do uso agropecuário atual. 3 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Tabelas - v.3.Mapas.
- 6 Dinâmica espacial e setorial da força de trabalho no Paraná. 234 p.
- 7 Formação de capital na agricultura paranaense. 119 p.
- 8 Meio ambiente e recursos naturais da Região Metropolitana de Curitiba - 1.^a fase. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Mapas.
- 9 Meio ambiente e recursos naturais da Região Metropolitana de Curitiba - 2.^a fase. 183 p.
- 10 Os migrantes na área metropolitana de Curitiba. 218 p.
- 11 Recursos naturais e estrutura fundiária. 3 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2.Tabelas - v.3.Mapas.
- 12 A contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do desenvolvimento da economia paranaense. 126 p. Relatório de pesquisa 4.
- 13 Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná: inventário da infra-estrutura, 2.^a fase: transporte rodoviário. 60 p.

1978

- 1 A contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do desenvolvimento da economia paranaense: análise do impacto da CODEPAR e BADEP na economia paranaense através dos investimentos no setor industrial. 132 p. Relatório de pesquisa 2.
- 2 A contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do desenvolvimento da economia paranaense : análise do impacto da CODEPAR e BADEP na economia paranaense através dos investimentos no setor público. 278 p. Relatório de pesquisa 3.
- 3 Contribuição ao estudo do crédito rural no Paraná. 233 p.
- 4 Estimativas de população. 12 p.
- 5 O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná. 281 p.
- 6 População economicamente ativa: compatibilização intercensitária dos ramos e atividades. 32 p.
- 7 Programa metal-mecânico do Paraná: estudo de localização industrial e desenvolvimento regional: comércio por vias internas. 50 p.
- 8 Programa metal-mecânico do Paraná: estudo de localização industrial e desenvolvimento regional: obtenção do complexo metal-mecânico para o Paraná: descrição da metodologia. 13 p.

- 9 Programa metal-mecânico do Paraná: estudo da localização industrial e desenvolvimento regional: oferta potencial. 89 p.
- 10 Projeção da renda interna brasileira, dos estados da Região Sul e São Paulo. 21p.
- 11 Relatório final do projeto Orientação à Expansão Industrial no Eixo Campo Largo - Araucária do Programa de Promoção Industrial da Região Metropolitana de Curitiba: versão preliminar. 186 p.
- 12 Renda interna do Paraná. 62 p.
- 13 Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná: indústria e agricultura - análise preliminar. 3 v.
- 14 Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná: indústria - 2.^a fase. 172 p.
- 15 O trabalho rural volante no Estado do Paraná. 3 v.
- 16 Análise da base industrial do Paraná 2.^a fase - complexo madeira: estimativas referentes à demanda - antecedentes estatísticos. 9 5p.
- 17 Análise da base industrial do Paraná 2.^a fase - complexo madeira: relatório parcial - análise dos custos comparativos e seleção das atividades relevantes. 47 p.

1977

- 1 Alterações ecológicas decorrentes de Itaipu. 113 p.
- 2 Análise da produção, comercialização e industrialização do milho no Paraná. 3 v.
- 3 Análise do setor de industrialização de trigo. 219 p.
- 4 Avaliação dos recursos naturais do Estado do Paraná para produção agropecuária e florestal. 2 v. Conteúdo: v.1.Texto - v.2. Mapas.
- 5 A contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do desenvolvimento da economia paranaense: a representatividade dos estabelecimentos industriais financiados pela CODEPAR e BADEP na economia paranaense. p.irr. Relatório de pesquisa 1.
- 6 Diagnóstico habitacional da Região Metropolitana de Curitiba. 3 v.
- 7 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - álcool anidro. 71 p.
- 8 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - carne industrializada. 35 p.
- 9 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - celulose. 39 p.
- 10 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - couros. 38 p.
- 11 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - desidratação de leite. 33 p.
- 12 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - hortaliças em conserva - compotas de figo, pêssego e ameixa. 114 p.
- 13 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - mel de abelha. 62 p.

- 14 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - menta. 46 p.
- 15 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - sericicultura. 54 p.
- 16 Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: projetos especiais - sucos cítricos e suco de uva. 76 p.
- 17 Estudo dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a região oeste do Paraná. 282 p.
- 18 Estudo de integração de pólos agroindustriais do Paraná: revisto e atualizado. 2 v. Conteúdo: v.1.Perfil do setor agropecuário até 1985 - v.2.Perfil do setor agroindustrial até 1985.
- 19 Evolução da economia paranaense - 1976. 15 p.
- 20 A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região centro-oeste paranaense. 172 p.
- 21 Paraná: avaliação preliminar dos efeitos da política econômico-tributária. 215 p.
- 22 Relações de trabalho na cultura cafeeira de uma região típica do Paraná, Norte Velho de Jacarezinho. 182 p.
- 23 Renda interna do Paraná - 1970-76. 36 p.
- 24 Renda per capita no Paraná e no Brasil: estudo comparativo 1970/76. 24 p.
- 25 Análise da disponibilidade de leitos hospitalares e de auxiliares de enfermagem nas microrregiões 288 e 289. 55 p.
- 26 Considerações iniciais sobre o setor terciário na economia paranaense. 300 p.

1976

- 1 Análise sócio-econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), das regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná - 1974/1975. 343 p.
- 2 Base industrial: análises setoriais e seus componentes no Paraná. 335 p.
- 3 Base industrial: economias de aglomeração e custos comparativos. 230 p.
- 4 Base industrial: matriz insumo-produto do Paraná - 1970. 13 p.
- 5 Comparação entre as áreas municipais do Estado do Paraná 1960-1970. 58 p.
- 6 Demanda potencial de NPK para o Estado do Paraná - 1976. 67 p.
- 7 Economia paranaense: renda do setor agrícola e projeções para a renda interna 1970-75. 23 p.
- 8 Estatísticas agrícolas do Paraná: subsetor lavouras. 247 p.
- 9 Estudo da arrecadação do ICM para bovinos e suínos. 26 p.
- 10 O mercado brasileiro de produtos petroquímicos. 96 p.
- 11 Modelo de complexo industrial petroquímico para o Estado do Paraná. 78 p.
- 12 As potencialidades do xisto como matéria-prima petroquímica. 33 p.

- 13 Projeto de ativação da pesquisa e exploração mineral. 7 v. Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira.
- 16 Projeto de regionalização administrativa. 2 v.
- 17 Regionalização de demanda de produtos petroquímicos. 29 p.
- 16 Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. 206 p.
- 17 Termo de referência para o Plano Microrregional de Desenvolvimento Integrado da AMCOPAR. 4v.

1975

- 1 Análise da oferta e demanda de recursos humanos no Paraná. 305 p.
- 2 Áreas industriais no Paraná: situação atual e algumas orientações a municípios. p.irr.
- 3 Assistência técnica e comercialização de insumos através de cooperativas. 20 p.
- 4 Avaliação das possibilidades de implantação de um programa de calcário agrícola no Estado do Paraná. 113 p.
- 5 O comportamento do fator trabalho na economia paranaense. 183 p.
- 6 Custos de produção. 98 p.
- 7 Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná: terceira fase: conclusões e recomendações. 2 v.
- 8 Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná: terceira fase: análise da mão-de-obra no Paraná: condições determinantes da oferta de mão-de-obra; particularização da oferta e demanda de mão-de-obra do setor agro-industrial. 3 v.
- 9 Indicadores econômicos: análise conjuntural do primeiro semestre de 1974, metodologia, crescimento da economia paranaense 1970-1973. 77 p.
- 10 PROEI Projeto Técnico-Econômico dos Eixos Industriais do Paraná. 217 p.
- 11 Programa de agro-indústria do Estado do Paraná. 100 p.
- 12 Programa para a industrialização das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. 123 p.
- 13 Realização de análise de solos através de cooperativas. 9 p.
- 14 Regionalização agrícola do Estado do Paraná. 142 p.

1974

- 1 Aspectos sócio-econômicos do Projeto Eixos Industriais. 300 p.
- 2 Aspectos sócio-econômicos do litoral paranaense. 148 p.
- 3 Aspectos sócio-econômicos - Projeto PETROBRÁS. 119 p.
- 4 Aspectos sócio-econômicos do Projeto Rural. 333 p.
- 5 Aspectos sócio-econômicos do Projeto Segurança. 169 p.

- 6 Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná: primeira fase: levantamentos e estudos iniciais: resumo. 76 p.
- 7 Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná: segunda fase: perfil do setor agroindustrial até 1980. 3 v.
- 8 Estudo de integração de pólos agro-industriais do Paraná: projeto de consolidação e expansão da agro-indústria. 3 v.
- 9 Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Paraná: diagnóstico e análises. p.irr.

1973

- 1 Grupo de estudos para as atividades agro-industriais do Paraná: primeira fase: levantamentos e estudos iniciais. 324 p.

APÊNDICE B
FICHAS TERMINOLÓGICAS
PROJETO BASE DE DADOS DO ESTADO – BDEWEB

Ficha:	A - 001
Área Temática	Economia
Sub-Área Temática	Setor Primário - Agricultura
Indicador de língua:	Português
Termo:	Área colhida
Definição/Conceito:	É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida é, no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada etc.), patogênica ou econômica. Para culturas temporárias de longa duração, a área colhida corresponde à produção realizada no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes, a área colhida corresponde à área ocupada com pés produzidos no ano-base do levantamento.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria do Centro Estadual de Estatística
Setor/Núcleo:	Núcleo de Administração da BDE
Projeto/Atividade:	Base de Dados do Estado - BDE
Prova Textual:	BDEWeb e Anuário Estatístico
Nome Entrevistado:	Ângela da Matta Silveira
Cargo/Função:	Estatística Pesquisadora / Coord. do Núcleo
Data:	19/04/2011

Ficha:	A - 002
Área Temática	Economia
Sub-Área Temática	Setor Primário - Agricultura
Indicador de língua:	Português
Termo:	Produção Agrícola Municipal
Definição/Conceito:	Abrange informações municipais sobre a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção de produtos agrícolas provenientes de culturas temporárias e permanentes.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria do Centro Estadual de Estatística
Setor/Núcleo:	Núcleo de Administração da BDE
Projeto/Atividade:	Base de Dados do Estado - BDE
Prova Textual:	BDEWeb e Anuário Estatístico
Nome Entrevistado:	Ângela da Matta Silveira
Cargo/Função:	Estatística Pesquisadora / Coord. do Núcleo
Data:	19/04/2011

Ficha:	A - 003
Área Temática	Econômia
Sub-Área Temática	Setor Primário - Extração Vegetal
Indicador de língua:	Português
Termo:	Produção da extração vegetal e da silvicultura
Definição/Conceito:	Inclui informações municipais sobre a quantidade e o valor das produções obtidas mediante a exploração de maciços florestais nativos (extrativismo vegetal) ou provenientes da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria do Centro Estadual de Estatística
Setor/Núcleo:	Núcleo de Administração da BDE
Projeto/Atividade:	Base de Dados do Estado - BDE
Prova Textual:	BDEWeb e Anuário Estatístico
Nome Entrevistado:	Ângela da Matta Silveira
Cargo/Função:	Estatística Pesquisadora / Coord. do Núcleo
Data:	19/04/2011

Ficha:	A - 004
Área Temática	Econômia
Sub-Área Temática	Setor Primário - Agricultura
Indicador de língua:	Português
Termo:	Produção Agrícola Municipal
Definição/Conceito:	Abrange informações municipais sobre a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção de produtos agrícolas provenientes de culturas temporárias e permanentes.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria do Centro Estadual de Estatística
Setor/Núcleo:	Núcleo de Administração da BDE
Projeto/Atividade:	Base de Dados do Estado - BDE
Prova Textual:	BDEWeb e Anuário Estatístico
Nome Entrevistado:	Ângela da Matta Silveira
Cargo/Função:	Estatística Pesquisadora / Coord. do Núcleo
Data:	19/04/2011

Ficha:	A - 005
Área Temática	Economia
Sub-Área Temática	Setor Primário - Agricultura
Indicador de língua:	Português
Termo:	Área colhida
Definição/Conceito:	É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida é, no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada etc.), patogênica ou econômica. Para culturas temporárias de longa duração, a área colhida corresponde à produção realizada no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes, a área colhida corresponde à área ocupada com pés produzidos no ano-base do levantamento.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria do Centro Estadual de Estatística
Setor/Núcleo:	Núcleo de Administração da BDE
Projeto/Atividade:	Base de Dados do Estado - BDE
Prova Textual:	BDEWeb e Anuário Estatístico
Nome Entrevistado:	Ângela da Matta Silveira
Cargo/Função:	Estatística Pesquisadora / Coord. do Núcleo
Data:	19/04/2011

Ficha:	A - 006
Área Temática	Economia
Sub-Área Temática	Setor Primário - Agricultura
Indicador de língua:	Português
Termo:	Produção Agrícola Municipal
Definição/Conceito:	Abrange informações municipais sobre a área colhida, a quantidade produzida e o valor da produção de produtos agrícolas provenientes de culturas temporárias e permanentes.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria do Centro Estadual de Estatística
Setor/Núcleo:	Núcleo de Administração da BDE
Projeto/Atividade:	Base de Dados do Estado - BDE
Prova Textual:	BDEWeb e Anuário Estatístico
Nome Entrevistado:	Ângela da Matta Silveira
Cargo/Função:	Estatística Pesquisadora / Coord. do Núcleo
Data:	19/04/2011

APÊNDICE C
FICHAS TERMINOLÓGICAS
PROJETO GESTÃO DOCUMENTAL - IPARDES

Ficha:	B - 001
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Administração de Arquivos
Definição/Conceito:	Direção, supervisão, coordenação, organização e controle das atividades de um arquivo. Também chamada gestão de arquivos.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 002
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivamento
Definição/Conceito:	Seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à guarda ordenada de documentos.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 003
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivo
Definição/Conceito:	Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rênia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 004
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivo Administrativo
Definição/Conceito:	Arquivo com predominância de documentos decorrentes do exercício das atividades-meio de uma instituição ou unidade administrativa. Expressão usada em oposição a arquivo técnico.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rênia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 005
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivo Central
Definição/Conceito:	Arquivo responsável pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos de uma administração, podendo ou não assumir a centralização do armazenamento. Também chamado arquivo geral.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rênia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 006
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivo Corrente
Definição/Conceito:	Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 007
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivo Intermediário
Definição/Conceito:	Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 008
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Arquivo Permanente
Definição/Conceito:	Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. Também chamado arquivo histórico.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 009
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Atividade-Fim
Definição/Conceito:	Atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição. Também chamada atividade finalística.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 010
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Atividade-Meio
Definição/Conceito:	Atividade que dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição. Também chamada atividade mantenedora.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 011
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Avaliação
Definição/Conceito:	Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 012
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Classificação
Definição/Conceito:	Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 013
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Código de Classificação
Definição/Conceito:	Código derivado de um plano de classificação
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 014
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Código de Referência
Definição/Conceito:	Código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), destinado a identificar qualquer unidade de descrição.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	13/04/2011

Ficha:	B - 015
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Comissão de Avaliação e Destinação
Definição/Conceito:	Grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rênia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	14/04/2011

Ficha:	B - 016
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Destinação
Definição/Conceito:	Decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rênia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	14/04/2011

Ficha:	B - 017
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Editais de Ciência de Eliminação
Definição/Conceito:	Ato publicado em periódicos oficiais que tem por objetivo anunciar e tornar pública a eliminação.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rênia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	14/04/2011

Ficha:	B - 018
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Eliminação
Definição/Conceito:	Destrução de documentos que, na avaliação, foram considerados sem valor permanente. Também chamada expurgo de documentos.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	14/04/2011

Ficha:	B - 019
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Gênero Documental
Definição/Conceito:	Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	14/04/2011

Ficha:	B - 020
Área Temática	Gestão Documental
Sub-Área Temática	Gestão de Documentos
Indicador de língua:	Português
Termo:	Gestão de Documentos
Definição/Conceito:	Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos.
Instituição:	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES
Diretoria:	Diretoria Administrativa Financeira
Setor/Núcleo:	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
Projeto/Atividade:	Projeto Gestão Documental
Prova Textual:	Atividades e Relatórios
Nome Entrevistado:	Rénia Maria Germano Pinto da Costa
Cargo/Função:	Historiadora Pesquisadora / Coord. do Projeto
Data:	14/04/2011